



BANCO
CARREGOSA

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

RELATÓRIO E CONTAS 2011



BANCO CARREGOSA

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

ÍNDICE

- I. Mensagem da Presidente do Conselho de Administração**
- II. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva**
- III. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais**
- IV. Datas Históricas - Cronologia da Casa Carregosa**
- V. Missão e Valores**
- VI. Relatório de Actividades**
 - 1. Enquadramento Económico e a situação dos mercados financeiros**
 - 2. Estrutura Interna**
 - 3. Áreas da actuação Comercial**
 - 4. Áreas de Apoio**
 - 5. Sistema de Controlo Interno**
 - 6. Recursos Humanos**
- VII. Análise às Contas 2011**
- VIII. Declaração de Conformidade sobre informação financeira**
- IX. Eventos subsequentes**
- X. Informação nos Termos do Art.º 66º do C.S.C**
- XI. Política de Remunerações dos Órgãos de Gestão, de Fiscalização e Colaboradores**
- XII. Posição Accionista dos Membros dos Órgãos Sociais**
- XIII. Proposta Aplicação Resultados**
- XIV. Agradecimentos**
- XIV. Contas Consolidadas. Análise e anexos**
- XV. Contas Individuais. Análise e anexos**
- XVI. Certificação Legal de Contas (Individuais e Consolidadas)**
- XVII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- XVIII. Extracto das deliberações tomadas na Assembleia Geral de 10 de Maio de 2012**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

I. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral, Senhores Accionistas,

Ao falar-vos do ano de 2011, com todas as vicissitudes que trouxeram Portugal à pior crise dos últimos 35 anos, ocorre-me a velha “L. J. Carregosa” e a sua longa vida onde nascemos.

Ao contrário do que possam pensar, a lembrança não é de carácter nostálgico, mas é sim um apurar de ensinamentos práticos.

Na verdade, será esta crise, com todos os seus efeitos sociais, económicos e financeiros pior do que as turbulências que a L. J. Carregosa enfrentou ao longo da sua história, que completará 180 anos em 2013?

Duvido, e, sem querer transformar esta comunicação num elencar de factos históricos, sempre vos digo que estudando o passado para tentar entender o presente encontramos valores que resistem imutáveis e que, sem figurar no balanço, considero de capital importância sobretudo em tempos de provação: a capacidade de adaptação e a tenacidade de quem a esta casa dedica o melhor do seu tempo e da sua vida.

Conseguimos fechar o ano de 2011 com resultados positivos que melhor vos serão explicados pelo meu colega Pedro Duarte.

Os balancetes dos três primeiros meses deste ano são lisonjeiros.

Mas, tal como não desanimamos perante dificuldades, não festejamos antes do tempo proveitos que terão de ser mantidos em reserva já que estamos convencidos de que a aspereza das circunstâncias nos acompanhará ainda durante bastante tempo.

Perante esta análise que vos apresento de modo mais que sumário tomamos em 2011 medidas destinadas a fazer face às dificuldades:

Contenção de custos

Redução de pessoal

Assunção de algum risco de balanço e aumento de capital.

Destas a mais difícil foi a redução de pessoal, já que sobre quem decide recai a pesada responsabilidade de alterar as vidas dos atingidos por tal medida.

Mas, há que ponderar as consequências da falta de actuação para todos os stakeholders desta casa.

E a decisão foi tomada.

No que ao aumento de capital toca, tendo sido prometido ao Banco de Portugal em Outubro talvez já não se justificasse tecnicamente nos finais de Dezembro mas, neste caso a alteração das circunstâncias, que nada assegura seja definitiva, não pode ser motivo de faltar à palavra dada.

E o aumento foi feito.

E agora depois de vos ter condensado em minutos um ano de trabalho resta a vista sobre 2012.

Sabemos que será muito difícil e que muitos factores escapam ao nosso controle. Novamente resumiria: adaptação ao que vier e trabalho empenhado é o que está na nossa mão prometer.

Muito obrigada,

Maria Cândida Rocha e Silva
Presidente do Conselho de Administração

II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Excelentíssimos Senhores Accionistas,
Colegas da Administração/Comissão Executiva,
Caros Colaboradores,

Tal como em 2010, as consequências económicas-financeiras da crise da dívida soberana afectaram negativamente os resultados da actividade do Banco Carregosa. O efeito da subida acentuada das taxas de juro da dívida portuguesa, e a consequente deterioração do preço das obrigações, teve um impacto significativo na nossa carteira de obrigações, apesar de mitigado pela redução da sua maturidade.

Estes movimentos no mercado de dívida obrigaram mesmo à adopção de duas medidas de excepção: um aumento do capital social e uma exigente reestruturação interna.

Apesar das dificuldades e incertezas do ambiente económico europeu tentámos aproveitar as oportunidades de mercado, assente numa gestão conservadora mas concentrada em investimentos de curto prazo.

Continuamos, com perseverança, a trilhar o caminho de Banca Privada com a forte convicção de que, se continuarmos a entregar o que prometemos, os resultados do esforço colectivo serão por todos reconhecidos.

Entendemos, no final de 2011, ter chegado o momento de aproveitar as facilidades de crédito concedidas pelo BCE. A alavancagem de balanço propiciada pelo baixo custo deste tipo de funding – alavancagem que até então sempre evitamos - permitiu-nos inverter a tendência dos resultados, fechando 2011 com um balanço mais sólido e perspectivas moderadamente optimistas.

No fecho deste ciclo de apresentação do Banco, que coincide com o final de mandato da actual administração, quero agradecer aos meus Colegas da Comissão Executiva o empenho e a solidariedade demonstrada durante o mandato; Ao Conselho de Administração estou grato pela confiança depositada; ao Conselho Fiscal o meu reconhecimento pelo profissionalismo e rigor, e a Todos pela vontade de bem-fazer.

Tendo em conta a envolvente económica do triénio que terminou, não consigo deixar de sentir orgulho no que foi feito e nos resultados alcançados. Tenho a certeza absoluta de que o Banco Carregosa, SA é hoje mais organizado, mais sólido, mais profissional, mais preparado para enfrentar o futuro.

Acredito pouco na sorte e tenho uma fé imensa no trabalho bem feito.

Pedro Duarte
Presidente da Comissão Executiva

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

III. ESTRUTURA ACCIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.

	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Luis Manuel de Faria Neiva dos Santos	PRESIDENTE
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	Secretária
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	PRESIDENTE
Américo Ferreira de Amorim	Administrador
António José Paixão Pinto Marante	Administrador
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	Administrador
Pedro José Malheiro Duarte	Presidente da Comissão Executiva (CE)
Carlos da Costa Oliveira	Vogal da CE
Paulo Armando Morais Mendes	Vogal da CE
José Paulo Oliveira Faria Duarte	Vogal da CE
	CONSELHO FISCAL (*)
Maria da Graça Alves Carvalho	PRESIDENTE
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos	Vogal
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	Vogal
André de Castro Amorim	Vogal (Suplente)
	REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)(*)
Cristina Maria Martins Gomes	
António Magalhães & Carlos Santos	Suplente (SROC)

(*)Designado por Deliberação 25/05/2010 no âmbito do mandato em curso (2009/2011).

Os accionistas com participações superiores a 5% do capital social são os seguintes:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projectos, SGPS
António Manuel de Carvalho Baptista Vieira
António José Paixão Pinto Marante

O Banco Carregosa tem como Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, do qual emana a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas realizada em 14 de Abril de 2009, para o triénio 2009-2011.

IV. DATAS HISTÓRICAS

A Carregosa é a mais antiga casa financeira da Península Ibérica, com as suas origens a remontarem a 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa inicia a actividade de comércio de câmbios, compra e venda de papéis de crédito e lotarias.

O Banco de Portugal é criado em 1846.

Ao longo da sua longa vida a L.J. Carregosa atravessou períodos políticos, económicos e sociais conturbados, como o rescaldo das guerras liberais, o Ultimato Inglês, o Regicídio, o fim da Monarquia e o início da República, duas Guerras Mundiais, a Revolução de 25 de Abril de 1974, as nacionalizações que se seguiram com a extinção das Casas de Câmbios e a Integração Europeia.

Já no século XXI, o vanguardismo da L.J. Carregosa manifesta-se, mais uma vez, com a segmentação da sua actividade de corretagem - tradicional e *online* - criando a marca *GoBulling* e dá início ao processo da sua transformação em banco.

Em 2008, o Banco de Portugal concede-lhe a respectiva licença bancária.

Em 2009, o Banco Carregosa apresenta-se em público como uma instituição especializada em Banca Privada, Gestão de Patrimónios e Intermediação de Valores Mobiliários.

CRONOLOGIA

- | | |
|-------------|--|
| 1833 | Primeiros registos de actividade na cidade do Porto da Casa Carregosa. |
| 1846 | Data da fundação do Banco de Portugal. |
| 1981 | Maria Cândida Rocha e Silva é nomeada Corretora Oficial da Bolsa de Valores do Porto. |
| 1994 | É fundada a L.J. Carregosa - Sociedade Corretora, SA. |
| 2000 | L.J. Carregosa lança o primeiro serviço de corretagem online em Portugal e estabelece uma parceria tecnológica com o <i>Saxo Bank (First WL International Partner)</i> . |
| 2001 | Transformação da Sociedade corretora em "Financeira de Corretagem". |
| 2006 | Aumento do capital social e início do processo de transformação da sociedade financeira em Banco. |
| 2007 | A L.J. Carregosa torna-se o primeiro <i>broker</i> europeu a praticar comissão de corretagem zero em todos os mercados <i>Euronext</i> e lança a marca de negociação online <i>GoBulling</i> .
A L.J. Carregosa e a <i>GoBulling</i> fecham o ano de 2007 como líderes do mercado de futuros com quotas de, respectivamente, 36,5% e 34%. |
| 2008 | O Banco de Portugal autoriza o projecto de transformação da sociedade em Banco. |
| 2009 | O Banco Carregosa é apresentado publicamente, no Porto;
O Banco Carregosa adquire 19,99% da sociedade gestora de fundos de investimento Mobiliário "Optimize Investment Partners". |
| 2010 | O Banco Carregosa adquire posição accionista de 84,84% da <i>Lisbon Brokers, SA</i> e 76.50% da <i>Sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA</i> ;
O Banco Carregosa lança fundos com a marca <i>Carregosa</i> , geridos pela <i>Optimize</i> ;
O Banco Carregosa inicia funções de depositário e Entidade Comercializadora de Organismos de Investimento Colectivo. |

V. MISSÃO E VALORES

O Banco Carregosa pretende honrar a tradição do seu nome com um passado de 178 anos, preservando o seu activo mais importante – a fidúcia.

A excelência e a personalização dos serviços que presta são a causa para perdurarem no seu portefólio de Clientes muitas gerações de Famílias tradicionais.

O critério distintivo da sua actividade funda-se na

Independência – Apresentar as melhores soluções de investimento sempre no interesse do Cliente;

Personalização – Disponibilidade e exclusividade dos seus *Private Bankers*;

Inovação/ Dinamismo – *know-how* especializado e em constante actualização;

Transparência – Rigor na apresentação das soluções de investimento.

VI. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1) ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E A SITUAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

A palavra “crise” marcou definitivamente o ano de 2011.

A crise da dívida soberana europeia rapidamente se alargou à economia real. As medidas de contenção orçamental adoptadas pela generalidade dos países da zona Euro, as dificuldades de acesso ao crédito, cada vez mais restrito e disputado pelo sector público e pelo sector privado, provocaram a entrada em recessão de uma boa parte dos países da zona Euro e a diminuição do crescimento económico a nível mundial.

A indefinição sobre a resolução do problema da dívida Grega, o pedido de ajuda de Portugal ao FMI, a degradação da notação de risco de crédito (rating) e o receio que o problema se alastrasse a países como a Itália ou a Espanha, fizeram com que o ano dos mercados financeiros em 2011 fosse pródigo em Volatilidade. O VIX Index (índice que mede a volatilidade implícita nas opções), manteve durante o ano níveis elevados, tendo atingido o valor máximo em Agosto (48.8). Como termo de comparação, em situações “normais” de mercado, este índice varia entre os 12 e os 18 pontos.

Neste período de maior volatilidade (de Agosto a Outubro), os índices das bolsas americanas atingiram os valores mais baixos do ano e arrancaram desses níveis para um fecho de ano positivo, enquanto os índices das Bolsas Europeias se mantiveram com variações anuais negativas.

As decisões de gestores de ambos os lados do Atlântico não foram condicionadas apenas pelas indefinições e complicações sociais na Grécia, pela incerteza quanto ao crescimento económico ou pela evolução do preço dos futuros sobre o petróleo e metais preciosos, mas também pela relevância do cambio Euro/USD.

A guerra EUR/USD foi-se intensificando durante o ano de 2011. Embora a análise à evolução do EUR/USD entre finais de 2010 e 2011 aparente uma certa estabilidade (valorização do USD em 3% face ao Euro), a realidade é que variou entre 1.2858 e 1.494 (16% entre mínimo e máximo), sendo mais um factor de instabilidade para a chamada economia real.

Em Portugal, o ano de 2011 fica marcado pelo pedido de ajuda externa a que o Governo Português teve de recorrer perante a crescente dificuldade de acesso ao financiamento quer por parte do sector público, quer por parte da Banca nacional. A alteração de Governo resultante das eleições após a negociação da ajuda externa, com as consequentes medidas restritivas acordadas com a “troika”, teve um impacto enorme ao nível da economia nacional, com o PIB a diminuir cerca de 1,5%.

A falta de liquidez do sistema bancário nacional, implicou uma redução do crédito concedido à economia. Com o “encerramento” do mercado interbancário, o Banco Central Europeu actuou como “lender of last resort” da banca nacional.

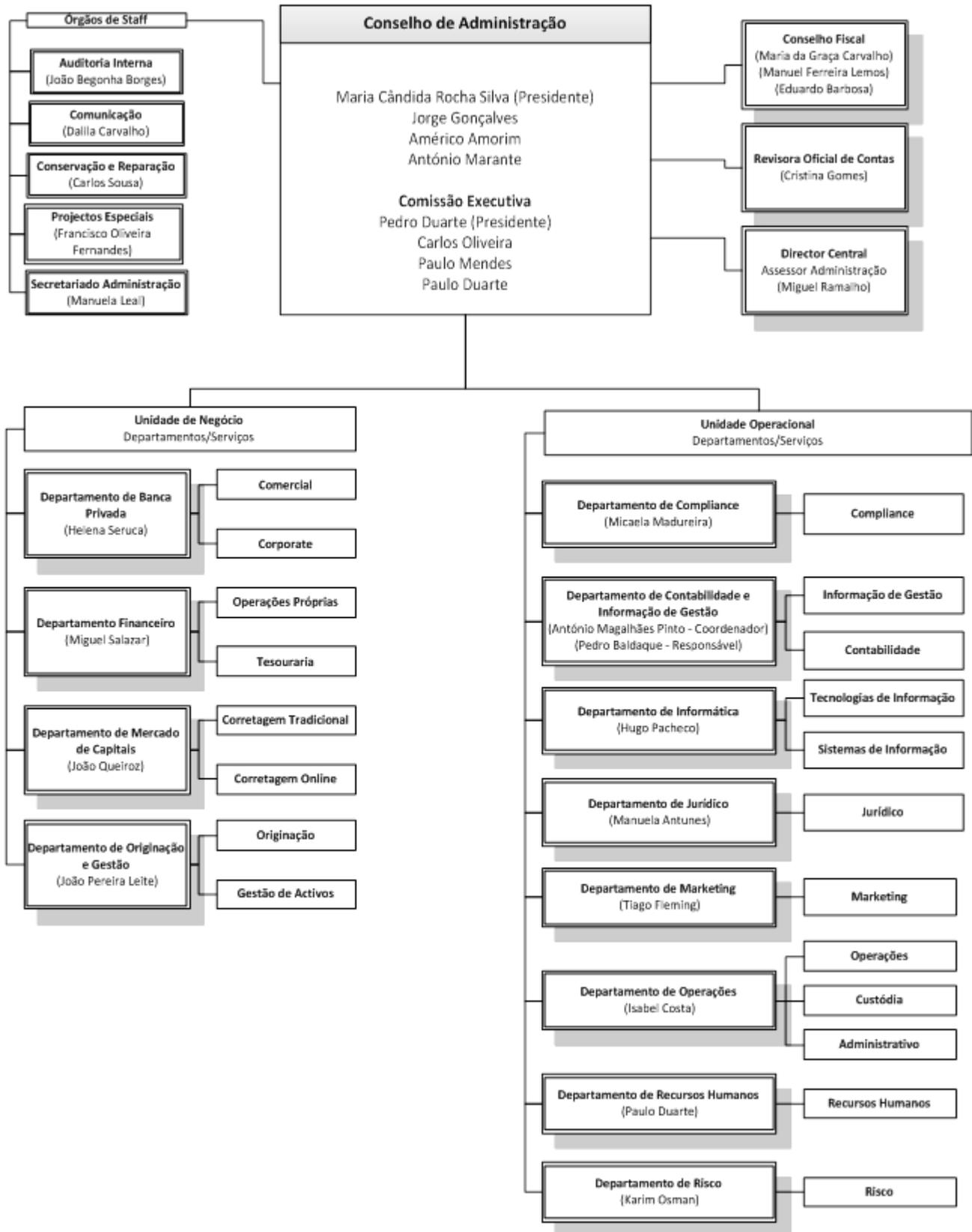
O Banco Central Europeu (BCE) não se limitou apenas a um papel de financiador da banca, foi também interveniente no mercado ao comprar dívida dos países em dificuldade no sentido de não permitir a queda de preços e a consequente subida de Yields. Também ao nível da banca europeia, o BCE actuou como o “Banco dos Bancos” recebendo depósitos das instituições bancárias com excesso de liquidez para emprestar a outros com necessidade de financiamento. Os níveis de depósito/financiamento junto do BCE atingiram valores nunca antes verificados.

Os focos de atenção para 2012 vão continuar a ser os mesmos de 2011: “crise da dívida soberana”, com a Itália a ser uma preocupação, a Grécia e a renegociação da dívida e Portugal com a execução do programa da “troika”.

A zona Euro demonstra sinais de recessão para o ano de 2012 reflexo da austeridade generalizada e do stress no sector financeiro. A economia deverá continuar a sofrer com a falta de solução para os problemas e se durante o ano de 2011 a taxa de desemprego foi de 12.7%, para o ano, a EU prevê uma taxa de desemprego de 13.6%.

O endividamento excessivo das economias implica a diminuição da dívida para níveis suportáveis. Portugal, Grécia e Itália são exemplos desta fase de contracção no ciclo económico.

2) ESTRUTURA INTERNA



3) ÁREAS DE ACTUAÇÃO COMERCIAL

Banca Privada e Corporate

A área de Banca Privada dedica-se ao acompanhamento de clientes de elevado património. Nesta área, o factor diferenciador é o enfoque no serviço ao cliente, centrado nas suas necessidades, oferecendo soluções à medida que vão desde os serviços de banca de investimento e assessoria financeira, a aconselhamento fiscal, imobiliário, etc.

A crise financeira acentuou a necessidade de proximidade do cliente, redefinindo políticas de investimento, verificando-se uma redução significativa da exposição às classes de activos de maior risco, por contrapartida de activos de menor risco e maior liquidez. No entanto, 2011 foi um ano com muitas oportunidades de investimento, que foram aconselhadas aos clientes que têm perfil para tal, procurando tirar partido das mesmas.

O Banco Carregosa, procurou ainda arranjar soluções de investimento que acautelam os receios de alguns clientes relativamente ao risco país e moeda, tentando diversificar o património dos mesmos numa óptica de protecção.

A base de clientes de Banca Privada duplicou e os recursos de clientes aumentaram cerca de 4%.

Para os seus clientes Corporate, o Banco manteve um posicionamento de responder às solicitações de aconselhamento em estratégias empresarial e de procurar soluções financeiras alternativas.

Procurou-se o desenvolvimento de soluções de angariação de capital por via de processos de desintermediação para projectos que, por falhas de mercado relacionadas com o enquadramento macroeconómico do país, não conseguiram acesso às fontes tradicionais de financiamento externo.

Gestão de Activos

Durante o ano de 2011 a Direcção de Originação e Gestão conseguiu com sucesso alargar a oferta com a apresentação de novas estratégias, criou novos canais de investimento (parcerias com a Optimize, com o Banque de Luxembourg e com a seguradora Bâloise), e procurou continuar a diferenciar-se na gestão das estratégias já existentes por comparação aos seus competidores directos.

A equipa continuou a trabalhar nas valências que têm vindo a ser a nossa “imagem de marca” e que acreditamos constituírem um forte factor diferenciador:

- Uma total independência na escolha dos activos, cimentada numa experiência agregada de mais de 40 anos em gestão directa nas diversas classes de activos, bem como na network profunda e diversificada com as melhores instituições de gestão a nível mundial e respectivos gestores. Esta filosofia de gestão permitiu-nos ter resultados acima da média em produtos semelhantes geridos pelos nossos mais directos concorrentes.

- O permanente desenvolvimento de uma alocação de activos dinâmicos, baseada num modelo com bases fundamentais sólidas e com um historial muito positivo, que contrasta com as típicas alocações (estática e dinâmica baseadas em factores puramente discricionários).
- O serviço à Banca Privada, que tem sido o principal foco da Direcção de Originação e Gestão, tendo sido melhorados os canais de partilha de informação, tanto através de comunicação escrita, como através de reuniões directas e comités internos. Enfoque no acesso directo dos Private Bankers e dos clientes à equipe de gestão, quer via directa com o gestor, quer pelas apresentações temáticas de grupo que levámos a cabo.

Esta última valência assume extrema importância no actual contexto macroeconómico, pois a grande maioria dos clientes não possui um termo de comparação para a situação actual uma vez que este tipo de crise/insegurança não acontecia há duas gerações.

Os próximos anos continuarão certamente a ser marcados por uma elevada incerteza resultado do processo de *deleveraging* quer no mercado de capitais, quer na economia real. Nesse sentido, a Direcção de Investimentos terá cada vez mais que funcionar como um conselheiro/ orientador com um papel abrangente para os clientes. Isso terá como objectivo não só ajudá-los a evitar as (muitas) armadilhas nos investimentos, como encaminhá-los para as melhores opções a nível mundial (seja por classe de activos, oportunidades específicas dentro de cada classe, ou mesmo gestores) que a médio/ longo prazo lhes permitirão proteger o seu património e valorizá-lo com um risco ajustado ao seu perfil.

Mercado de Capitais

O Departamento de Mercado de Capitais verificou valores de consolidação da sua actividade, num mercado mais dominado pela incerteza relativamente à evolução da poupança dos particulares e do volume médio por ordem. Destacaram-se os seguintes pontos:

1. Maior racionalização com redução dos recursos utilizados pelo departamento, incremento dos canais destinados à transmissão de ordens e implementação de sistema proprietário para recepção de ordens;
2. Apesar do menor desempenho do PSI20 (%ytd = - 27,6%) e dos mercados europeus, o volume das ordens recebidas na componente de acções observou uma queda menor que o sector (-8% face a -34,4% relativamente a 2010), mas que representou uma maior quota de mercado: nas ordens online +12,9% e +3,6% no agregado de ordens (em 2010 estes valores eram de 10,7% e 2,6%, respectivamente);
3. Observou-se uma queda nos volumes das ordens de particulares mas no segmento institucional os valores começam a revelar algum crescimento sustentado. O número total de contas que transaccionaram registou uma variação favorável de aproximadamente +3%, sobretudo, pelo suporte mais conservador e maior disponibilização de informação para os investidores suportarem as suas decisões de investimento;

4. Nos contratos de futuros intermediados registou-se uma correcção terminando 2011 com uma quota de mercado de 7,50% (em valor) enquanto nas opções o Banco tem uma quota de 82,7% no total do valor intermediado;

5. No mercado de CFD's + FX o Banco obteve uma quota de mercado de 15%, o que representou uma variação de -39% face a 2010, num segmento mais dominado por alguma sobrecapacidade para a dimensão do mercado doméstico, que apresenta agora múltiplas ofertas e formatos com uma concorrência mais agressiva.

Produto Financeiro:	Quota de Mercado			
	2011	2010	2009	2008
Acções - Offline e Online	3,6%	2,6%	2,3%	2,1%
Acções - Online	12,9%	10,7%	6,8%	7,8%
Mercado a Prazo - Ordens Recebidas Online	15,0%	20,0%	23,0%	18,0%
Futuros	7,5%	30,9%	23,6%	16,9%
Opções	82,7%	n/d	n/d	n/d

Fonte: CMVM – Quotas de mercado.

Produto Financeiro:	% Variação							
	2011	Sector	2010	Sector	2009	Sector	2008	Sector
Acções - Offline e Online	-8,0%	-34,4%	43,0%	26,8%	-18,0%	-26,8%	-9,0%	-35,4%
Acções - Online	-10,0%	-25,2%	54,0%	-2,9%	-8,0%	5,8%	215,0%	-32,2%
Mercado a Prazo - Ordens Recebidas Online	-39,0%	-17,4%	11,0%	31,1%	54,0%	39,4%	-4,0%	87,6%
Futuros	-79,0%	-12,7%	115,0%	64,2%	-6,0%	-35,2%	-27,0%	21,9%
Opções	-64,0%	-59,6%	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: CMVM – Quotas de mercado.

4) ÁREAS DE APOIO

Marketing

2011 caracteriza-se como um ano de elevado reconhecimento das acções de marketing do Banco Carregosa. Do mesmo modo, as decisões estratégicas definidas no passado, permitiram, este ano, consolidar o posicionamento de mercado das marcas do grupo e atingir consideráveis níveis de notoriedade e quotas de mercado junto dos *targets* de cada uma das marcas do Banco Carregosa.

A nível institucional, o Banco Carregosa apoiou vários projectos de responsabilidade social dos quais se destacam: Projecto de Responsabilidade Cultural como Mecenaz do ciclo de concertos “Com prelúdio” - Noites no Salão Árabe, Palácio da Bolsa no Porto; Projecto de Responsabilidade Educacional “*Racing the Ocean – F1 in School*”, através do apoio a um grupo de estudantes do ensino secundário do Colégio Alemão do Porto, para participação nas fases regionais, nacional e internacional em Singapura, Malásia, onde obtiveram, entre outros, a melhor classificação mundial na área de Portfólio; Com base na Sede Social do Banco Carregosa no Porto, Projecto Educacional de apoio à Tese de Doutoramento de uma investigadora no campo das Artes Decorativas, do Centro de Investigação em Ciências e Tecnologias da Arte da Universidade Católica, dedicado ao estudo das artes subsidiárias da arquitectura, com especial incidência para a Decoração Estucada.

Finalmente, o Banco Carregosa, com orgulho no seu passado, editou em 2011 uma réplica do documento original da publicação de 1931 do “Relatório de Sir Otto Niemeyer sobre a situação financeira dos Estados Unidos do Brasil (Versão Brasileira)” desenvolvido, nessa altura, para a firma L. J. Carregosa & C.^a, L.da.

No que respeita à marca “Carregosa – Banqueiros Privados”, em 2011 optou-se novamente por manter uma presença de comunicação reservada e orientada especificamente para o segmento de mercado de Banca Privada. Salientamos os eventos, *workshops* e seminários como principais acções de marketing relacional direccionados à formação, esclarecimento, satisfação e fidelização de Clientes.

Foram igualmente apoiados vários eventos desportivos - Golfe, Tiro e Automobilismo - e projectos culturais através da realização de concertos de música clássica.

Quanto à GoBulling, marca especializada em Mercados de Capitais do Banco Carregosa, o ano de 2011 é mais um momento histórico na longínqua vida da Casa Carregosa! 2011 foi ano da celebração do décimo aniversário da parceria com o Saxo Bank, uma referência mundial do mercado de capitais online, onde ao longo de uma década, ambas as marcas mudaram significativamente a intermediação financeira em Portugal. Para o Dr. Pedro Duarte, Presidente da Comissão Executiva do Banco Carregosa, os 10 anos de parceria significam, e passando a citar, “Saxo Bank delivers the fit that grows with my business”. Para o Saxo Bank, e citando a campanha publicitária sobre as suas soluções de *White Labeling*, “Take you trading business from Good to Great - Ten years ago, we pioneered the idea of White Label solutions with our first client, Banco Carregosa (GoBulling). Today, Banco Carregosa

(GoBulling) is still a valued client, along with hundreds of other banks and brokerages that have expanded their business with our White Label solutions”.

2011, mesmo considerando a conjuntura dos mercados financeiros nacionais e internacionais, a GoBulling, conseguiu continuar a bater o mercado, obtendo, em vários indicadores relevantes de actividade, aumentos de quota de mercado, não só face à concorrência directa, como também, à globalidade do mercado em Portugal. Destacamos os aumentos de quotas de mercado, conforme estatísticas da CMVM, do volume de transacções em Acções; Transacções online no Mercado a Contado; Valor de ordens recebidas em CFDs em número e em volume de contratos; Valor de ordens recebidas de contratos de Opções (valor).

A GoBulling foi considerada novamente em 2011 como “escolha acertada” por várias publicações de entidades de elevado prestígio nacional: “Custos para investir online”, estudo publicado em Abril de 2011 pela revista Proteste Poupança da DECO PROTESTE; “Banca e Trading Online – Portugueses rendidos às transacções pela Internet”, estudos publicados em Abril de 2011 pelo jornal Diário Económico; “As Corretoras mais em conta para investir”, estudo publicado em Julho de 2011 pelo Jornal Expresso.

Também em 2011, a GoBulling, e no seguimento da definição estratégica em termos do alargamento da oferta de serviços financeiros holísticos multi-produto, multi-mercado e multi-acesso, introduziu, com forte aceitação e adesão pelo mercado, Depósitos a Prazo GoBulling especialmente criados para este segmento de mercado. Uma vez mais, a parceria com a Optimize Partners foi renovada por forma a manter a oferta de produtos de investimento de poupança. Em termos da oferta de mercados financeiros, a GoBulling continuou a alargar a sua gama, apresentado actualmente, entre outros, mais de 25 mercados mundiais de acções. Ao nível da acessibilidade à negociação online, uma vez mais as plataformas GoBulling PRO, Pro Web e Pro Mobile, em parceria com o Saxo Bank, obtiveram vários prémios internacionais com a chancela da Euromoney, World Finance e Shares Awards.

Relativamente às campanhas publicitárias, o Banco Carregosa continuou a ter uma presença mais notória junto dos investidores da marca GoBulling, com enfoque especial em acções de comunicação em suportes e formatos digitais. Para além dos meios de comunicação social anteriormente utilizados, com elevada afinidade ao *target*, no ano de 2011, a GoBulling continuou a alargar o seu espectro comunicacional a outros meios digitais de informação generalista. Reforçou ainda a aposta realizada em anos anteriores em “motores de busca” online.

Dado o êxito na captação de fãs nas redes sociais Facebook, Twitter e LinkedIn, onde se pretende manter os Clientes permanentemente informados sobre os mercados e sobre as actividades do Banco, foram realizadas várias acções promocionais para estas comunidades.

Relativamente aos investimentos em suportes tradicionais *Above the Line*, tais como imprensa e revistas, a GoBulling realizou campanhas publicitárias assentes nas mais-valias e nos factores diferenciais da marca em termos da qualidade do serviço, da oferta de produtos

financeiros e do preçário altamente competitivo. Estas campanhas foram apresentadas em vários meios de comunicação social especializados em economia e mercados financeiros.

Tal como no segmento de Banca Privada, também foram realizados para os Clientes da marca GoBulling várias acções de formação e actualização de conhecimentos sobre as plataformas de negociação, produtos e mercados financeiros e sobre análises técnicas e fundamentais.

Complementarmente à vertente formativa dada através dos *workshops*, em 2011, a GoBulling teve uma preocupação adicional em disponibilizar aos seus Clientes elementos relevantes para a ajuda nas tomadas de decisão. Para tal, foram desenvolvidos vários conteúdos informativos, enviados através de emails marketing periódicos, disponibilizando, entre outros, análises técnicas sobre Acções, Índices, Futuros, Mercadorias e Forex, desenvolvidos pela conceituada consultora internacional “Day by Day”. Finalmente, e através do sistema “*Recognia Technical Analysis*”, disponível na plataforma de negociação GoBulling PRO, os Investidores têm acesso a uma considerável fonte de informação de análises técnicas sobre vários instrumentos financeiros globais.

O Banco Carregosa através da marca GoBulling, esteve presente no “1º Fórum de Bolsa do Porto” organizado pela NYSE Euronext Lisbon. Segundo a organização, a GoBulling, uma vez mais, através da atractividade do seu *stand*, da dinamização, formação e promoção do mesmo, destacou-se pela positiva como sendo um dos principais *players* do Fórum.

Os protocolos GoBulling continuam a gerar excelentes resultados em termos da fidelização e captação de Clientes para o segmento corretagem online. Destacamos uma vez mais os acordos com a DECO, com a Optimus, com os CTT, com a Ordem dos Economistas e com a ADIPIB (Associação para a Defesa dos Interesses de Pequenos Investidores em Bolsa).

Relativamente a outras acções de marketing direccionadas especificamente ao público-alvo da GoBulling, foram apoiados vários projectos de patrocínios de várias actividades desportivas como a Vela e o Automobilismo: 4x4; Karting; Velocidade.

Uma vez mais o “Jogo da Bolsa”, patrocinado e organizado em parceria pela GoBulling com o Jornal de Negócios Online, foi um êxito total que faz com que continue a ser considerado o jogo de referência do sector financeiro em Portugal.

Para finalizar, com muita satisfação e orgulho, as acções de comunicação da GoBulling em 2011 foram reconhecidas para galardões de marketing por prestigiadas entidades de reconhecimento internacional. A marca GoBulling, através das suas acções de marketing, não só foi nomeada para o prémio “Best Capital Market Promotion Event”, inserido a primeira edição dos NYSE Euronext Lisbon Awards, como também, foi distinguida como *Case Study* pela prestigiada Google no projecto “Business Success Stories - Businesses are succeeding online & driving economic growth”.

Imagem Institucional

A imagem externa do Banco Carregosa, bem como a percepção da sociedade sobre a instituição, resultam, em grande medida, das notícias publicadas na Comunicação Social.

Ao longo de 4 anos de relacionamento diário com os Media, o Banco Carregosa assumiu-se sempre mais como um fornecedor privilegiado de informação dos jornalistas do que como um protagonista de notícias. A reputação mediática da instituição foi construída, com base na independência, rigor e isenção de toda a informação, análises e comentários divulgados publicamente através da Comunicação Social.

Daí que, deliberadamente, a quase totalidade das notícias que envolvem a instituição se refiram a opiniões, análises e comentários sobre temas da actualidade económica e não a factos da vida interna da sociedade.

Foi com esse objectivo – o de ser mais um fornecedor de informação do que protagonista de matéria noticiosa – que o Banco organizou, logo no início do ano, uma acção de formação para jornalistas em mercados de dívida pública. No início de 2011, era já previsível que a crise das dívidas soberanas iria comandar a actualidade económica por largos meses.

Tendo sido detectada uma insuficiência na formação e preparação dos jornalistas para lidarem com o tema, o Banco organizou, apenas com recursos internos, duas sessões de formação para jornalistas, que se realizaram em Lisboa, à semelhança do que tinha sido feito no ano anterior para jornalistas do Porto. Estes *workshops* mereceram o interesse de cerca de uma centena de jornalistas especializados em economia ou generalistas, de todos os órgãos de comunicação social de âmbito nacional.

O tema da dívida pública, e do pedido de Ajuda Externa, foi o principal motivo das solicitações dos Media ao Banco Carregosa.

De acordo com a avaliação feita por uma consultora externa independente¹, em 2011, foram publicadas, no território nacional, 1.381 notícias com referências ao Banco Carregosa e/ou GoBulling, dispersas por 76 órgãos de comunicação social, avaliadas num valor de mercado (AVE, *Advertising Value Equivalents*) correspondente a 5.345 milhões de euros.

A exposição mediática obtida foi equilibrada, repartindo-se equitativamente entre órgãos de comunicação social generalistas (59%) e especializados em economia e finanças (41%).

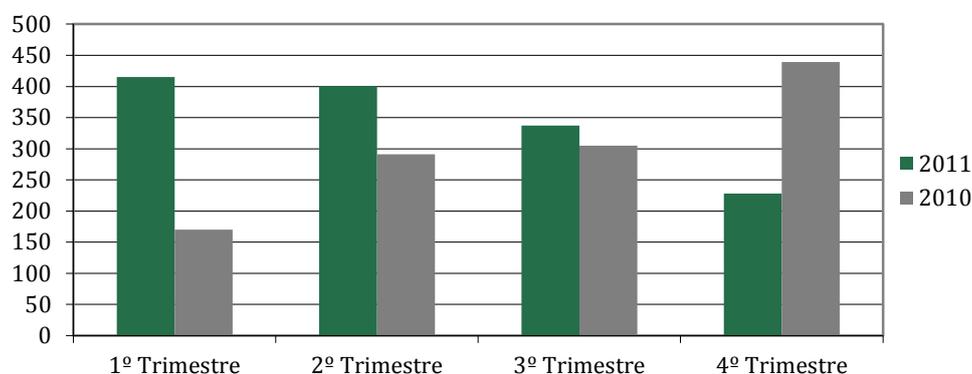
A distribuição por tipo de meios - imprensa escrita, meios audiovisuais (Rádio e Televisão) e meios online - também foi ponderada: 42% das notícias foram publicadas em jornais/revistas; 33% na internet e 25% em rádios e televisões.

O número de notícias positivas ou neutras representa 99% do total de notícias no período em análise. Quanto às oportunidades de contacto, o Banco Carregosa chegou a 14.604.824 pessoas.

¹ Manchete, S.A.

Face a 2010, a evolução registada no número de notícias publicadas foi a seguinte:

Número de Notícias

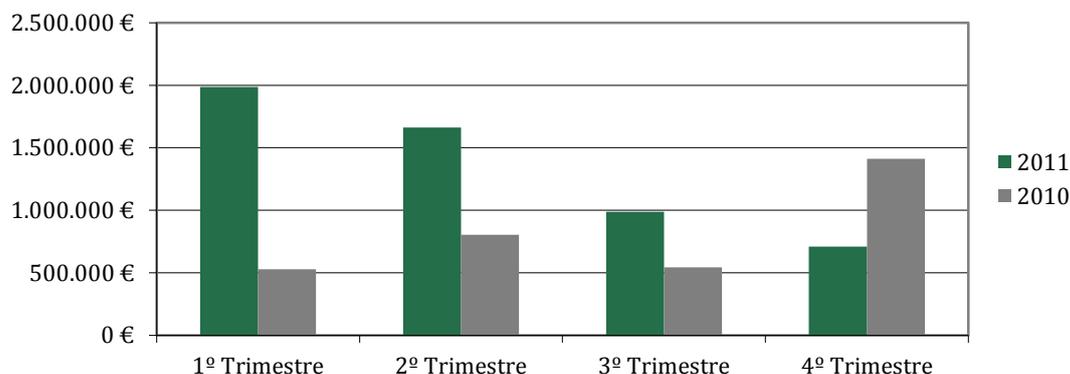


	2011	2010
1º Trimestre	415	170
2º Trimestre	401	291
3º Trimestre	337	305
4º Trimestre	228	439
Total	1.381	1.205

Fonte: Media Report, 2011, Manchete S.A.

Também em termos de valor equivalente em publicidade, a evolução foi positiva:

AVE



	2011	2010
1º Trimestre	1.987.706 €	528.669 €
2º Trimestre	1.660.972 €	805.067 €
3º Trimestre	987.282 €	543.752 €
4º Trimestre	708.830 €	1.411.404 €
Total	5.344.790 €	3.288.892 €

Fonte: Media Report, 2011, Manchete S.A.

Merece um destaque especial a exposição atingida pelo Banco Carregosa nos meios internacionais de Comunicação Social. O facto de o país estar sob um plano de Ajuda externa atraiu a Portugal muitos jornalistas estrangeiros que identificaram o Banco Carregosa como uma fonte credível para a explicação e interpretação da situação económica do país.

Nessa circunstância, o Banco Carregosa viu as suas análises e comentários difundidos pela CNN (EUA), SKY News (Reino Unido), CNBC (EUA), TVE (Espanha), Euronews (Europa), CCTV (China), entre outras estações de televisão estrangeiras.

Do mesmo modo, foi amplamente citado na imprensa internacional de referência (Financial Times, The Guardian, MSNBC, Veja, Isto É, Forbes, New York Times, Cinco Dias, Vancouver Sun, Het Financieele Dagblad, The Economist, Herald Tribune, Bloomberg Businessweek, entre outros).

5) SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No sentido de aferir da sua sustentabilidade e estabilidade, o ano de 2011 foi considerado e confirmado como primordial para redefinir estratégias e consolidar no âmbito do controlo interno, entretanto constituído, a implementação dos mecanismos apropriados para o desenvolvimento da sua actividade permanente, quer individualmente, quer no âmbito do sistema de controlo interno.

Este sistema é suportado por três áreas funcionais: Função Compliance, Função de Gestão de Riscos e Função de Auditoria Interna.

No decurso de 2011, estas três unidades, segregadas, desenvolveram as suas actividades com um objectivo centrado na sustentabilidade dos processos, políticas e procedimentos reforçando a auto-regulação e a prevenção em matérias de supervisão, nomeadamente no que respeita ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como na garantia do cumprimento das obrigações legais e de *reporting* a que o Banco se encontra sujeito.

É preocupação permanente a gestão e consolidação desta estrutura, em resultado dos crescentes desafios e do exigente percurso que o Banco tem vindo a desenvolver.

Risco

Em 2011, o Departamento de Risco consolidou e reviu as suas funções, nomeadamente pela automatização de tarefas. No início do ano foi criado o Grupo de Controlo Interno, que permitiu a melhor integração e coordenação dos Departamentos de Compliance, Auditoria Interna e Risco, sob a alçada do Director Central.

Ao longo de 2011 o Departamento ficou com a responsabilidade de elaborar os Relatórios para Entidades de Supervisão sobre o Risco, como o cálculo do Rácio de Solvabilidade.

Os dados reportados pelo Departamento foram integrados na gestão corrente do Banco, tanto como controlos aos limites impostos, como unidades de medida.

Desde Abril de 2010 que o Departamento de Risco emite um relatório diário com os seguintes dados sobre os activos e passivos do Banco:

- Alocação de activos e passivos;
- Saldos vencidos irregulares ou potencialmente irregulares;
- *Duration* média e a qualidade creditícia média das carteiras de títulos e depósitos a prazo;
- Valor em Risco (VAR) e sua evolução pelo método histórico, com horizonte a uma semana e com nível de confiança de 95% das posições na carteira de activos avaliados ao justo valor e na carteira de activos detidos para venda, em separado;
- Posição não coberta em moeda externa;

- Concentração de emitentes de posições de activos avaliados ao justo valor e detidos para venda de forma simples e ponderada por um factor relativo à qualidade creditícia e ao tempo até à maturidade;
- Índice de concentração simples e ponderado, conforme indicado na alínea anterior, apurado de forma análoga à estabelecida na Instrução 2/2010 do Banco de Portugal, para o cálculo do índice de concentração individual;
- Desfasamento de prazos de vencimento de depósitos a prazo activos contra passivos, numa base de 360 dias;
- Valor estimado da perda resultante da realização de activos para cobrir uma necessidade de liquidez idêntica à soma da liquidez de clientes;
- Valor estimado dos requisitos mínimos de fundos próprios para risco de crédito, de mercado (específico e geral) e cambial;
- Incumprimentos ao regulamento de delegação de competências, relacionados com a gestão da carteira de títulos e de depósitos a prazo.

Com a periodicidade recomendada, o Departamento elabora relatórios de controlo da actividade de Gestão de Carteiras individualizada e da actividade de Depositário de Organismos de Investimento Colectivo e de risco operacional, reportando violações às normas internas ou legais, dificuldades técnicas dos Departamentos e outros dados relevantes. Emite igualmente um relatório de risco operacional, com os principais eventos, com uma avaliação do processo de gestão de garantias e com a certificação das comissões recebidas na actividade desenvolvida na plataforma GoBulling Pro.

Sempre que aconselhável, são concretizados testes de esforço para posterior reporte à Comissão Executiva e ao Director Central. Encontra-se em fase de aferição um novo modelo de análise prospectiva e dinâmica do balanço, resultados e requisitos mínimos de fundos próprios para utilização em análises de cenário.

Não obstante os relatórios periódicos, o Departamento elabora relatórios esporádicos de análise a situações de risco.

Compliance

A função Compliance actua como garante do cumprimento dos deveres e obrigações a que o Banco, como intermediário financeiro, se encontra sujeito, nomeadamente no controlo efectivo do envio atempado de reportes às autoridades de supervisão e regulação, quer na vertente de acompanhamento, quer na vertente de divulgação de novas obrigações entretanto surgidas. Para esse efeito garante um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados com a divulgação e colaboração na implementação de medidas e procedimentos a adoptar.

Inclui-se, no âmbito de actuação do Departamento, a colaboração activa no processo de controlo de operações suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, sendo sua atribuição a comunicação às autoridades competentes de suspeitas da prática desses crimes.

Nesse sentido, o Departamento acompanha a execução dos diferentes deveres a que o Banco está sujeito nesse âmbito, prestando um apoio contínuo aos diferentes colaboradores envolvidos na sua execução e actualizando em permanência a informação sobre os normativos aplicáveis.

O processo de análise e tratamento de reclamações encontra-se sob a responsabilidade deste Departamento. Aqui, a informação necessária à análise destas é recolhida e tratada por elementos independentes da área de negócios a que respeita a reclamação, com reporte directo à Comissão Executiva do Banco, sendo o Departamento igualmente responsável pelo seu seguimento e arquivo, com garantia da sua rastreabilidade futura.

Sempre que tal se mostre relevante, o Compliance colabora com os restantes Departamentos na prestação de informação diversa às autoridades de supervisão.

Auditoria

A Auditoria Interna do Banco Carregosa é um Órgão de Staff com reporte à Comissão Executiva.

A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações, relativas às actividades examinadas, incluindo a promoção do controlo eficaz a custo razoável. A auditoria revela as fraquezas, determina as causas, avalia as consequências e encontra uma solução de modo a convencer os responsáveis a agir.

Para a execução do seu programa de intervenção anual, estabeleceu-se um conjunto de objectivos precisos ajustados às exigências da Instituição e à necessidade permanente de manter e acrescentar valor à sua actividade corrente, ao suporte operativo e ao desenvolvimento continuado assente nas plataformas tecnológicas de apoio ao negócio.

A metodologia utilizada segue os padrões internacionais tendo a Auditoria como competências:

- Apoiar, orientar, acompanhar e avaliar os actos de gestão administrativa, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, objectivando a sua eficiência, e equidade, assim como a aderência aos regulamentos internos aprovados;
- Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pela unidade de Auditoria;
- Estabelecer e monitorar planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objectivando uma maior eficiência e eficácia dos controlos internos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de actividades que não agregam valor para a Instituição;
- Elaborar o Plano Anual de Actividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Actividades da Auditoria Interna;
- Promover diligências e elaborar relatórios por determinação da Comissão Executiva;
- Assessorar a Comissão executiva ou Entidades delegadas (Revisor Oficial de Contas, Conselho Fiscal e Auditorias Externas), nos assuntos de sua competência.
- Elaborar inquéritos disciplinares;

- Outras que a Comissão Executiva vier a determinar.

Relativamente ao cumprimento do Plano de Auditoria Interna para 2011, foram reprogramadas duas intervenções previstas em resultado de implementações aplicacionais em curso e reformulação do actual plano de continuidade do negócio.

6) RECURSOS HUMANOS

A conjuntura nacional e internacional tem proporcionado grandes desafios à gestão de talentos nas organizações, especialmente, nas instituições do sector bancário.

No Banco Carregosa revelou-se fulcral a aposta numa maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis, particularmente, dos recursos humanos, mantendo, ainda assim, as estratégias de desenvolvimento do potencial humano de modo a garantir a evolução contínua da organização.

Em Dezembro de 2011, o Banco Carregosa apresentava um quadro de pessoal com 68 colaboradores, o que representa uma redução de 14,7% do quadro de pessoal, relativamente ao período homólogo, e contraria a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores.

Evolução Quadro de Pessoal

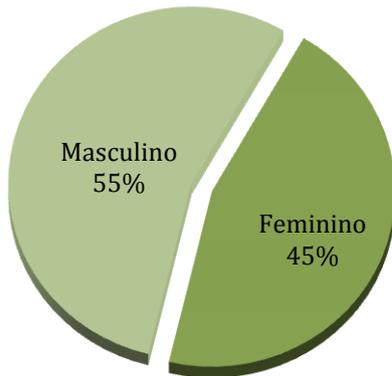
Período	Dezembro 2011	Dezembro 2010
Sede	51	59
Lisboa	15	14
Braga	0	3
Espanha (escritório de representação)	2	2
Total	68	78

O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, competências adequadas às suas funções, experiência no sector bancário e qualificações acima da média (87,9% dos colaboradores possui formação superior).

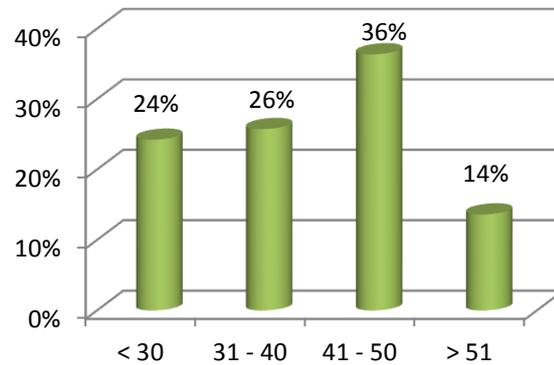
Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio. A percentagem de colaboradoras do sexo feminino aumentou de 42% para 45% entre 2010 e 2011, apresentando, no final de 2011, um rácio Homem/Mulher de 1,2.

Quanto à idade média dos colaboradores, esta aumentou ligeiramente de 39 para 40 anos, mantendo-se, ainda assim, uma proporção harmonizada de gerações.

Distribuição por Género



Distribuição por Faixa Etária



O Banco Carregosa aposta no estabelecimento de relações duradouras, verificando-se em 2011 um ligeiro incremento do peso dos efectivos no total dos colaboradores, ou seja, em Dezembro de 2011, 88% dos colaboradores tinha um vínculo permanente.

VII. ANÁLISE ÀS CONTAS DE 2011

Contas Individuais:

Em Abril de 2011, o Banco tornou-se participante directo do Target2.pt. Este facto permitiu o acesso a um conjunto de valências das quais se destacam o acesso ao crédito junto do Banco Central Europeu e a possibilidade de liquidação directa das operações de bolsa realizadas através da Euronext. O acesso à cedência de fundos por parte do BCE, transformou por completo a gestão da tesouraria do Banco, permitindo uma intervenção mais eficiente das disponibilidades.

Fruto do aumento em 110% dos recursos de clientes e outros empréstimos, acompanhado pelo acesso ao financiamento através de Bancos Centrais, ainda que substituindo em parte os recursos de outras instituições de crédito como forma de financiamento, permitiu um aumento do activo em 79% para 175 milhões de Euros. O aumento do activo foi aplicado em títulos de dívida, tendo as disponibilidades em outras instituições de crédito apresentado um valor inferior ao final de 2010. O crédito a clientes diminuiu 1,7 milhões de Euros representando menos de 5% do activo do Banco.

A margem financeira aumentou 33% face ao ano anterior em resultado do aumento do activo e do *spread* entre custo do capital e o retorno das aplicações.

Num ano de forte turbulência dos mercados de dívida e cambial, o Banco conseguiu na gestão de carteira própria e posições cambiais, um resultado próximo dos 3.000.000 de Euros. Os rendimentos de serviços líquidos de comissões ascenderam a 3.784.331 Euros que implicou um decréscimo de 10% face a 2010.

Assim, o produto da actividade ascendeu a 8.961.335 Euros o que representa um aumento de 39%.

Da análise às Demonstrações Financeiras, verifica-se nas rubricas de custos uma estabilização dos custos gerais e administrativos (menos 1%) e um acréscimo de 10% dos custos com pessoal em resultado de dois factores distintos e antagónicos. Por um lado, o reforço dos quadros do Banco em mais 3 novos colaboradores e o efeito verificado no último trimestre em resultado da rescisão de 12 contratos de trabalho e respectivas indemnizações contratuais.

No Final do ano, o Banco levou a cabo um aumento de capital de € 2.500.000 para € 20.000.000, que pelo momento em que foi realizado não teve impacto na conta de resultados.

O Resultado Líquido individual em 2011 foi de 710.456 Euros.

O Banco apresenta no final de 2011 um rácio de solvabilidade de 30,8% que compara com o rácio de 25,9% determinado em 2010.

Contas Consolidadas:

O activo Consolidado cresceu cerca 80% em 2011 para 176,9 milhões de euros. Para este facto contribuiu de forma decisiva o aumento do activo do Banco.

O Resultado Líquido Consolidado em 2011 foi de €1.108.428, fruto dos resultados do Banco e dos contributos de cada uma das Empresas consideradas no perímetro de consolidação, após anulação dos movimentos recíprocos.

VIII. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE - INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

(i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;

(ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2011, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de Fevereiro;

(iii) tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 6 de Março de 2012;

(iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2011.

IX. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

X. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C

Esclarecemos que a sociedade e as suas filiais, não tem quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu nem vendeu acções próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados actos enquadrados nos art.ºs 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 30 e 11, respectivamente), os honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas relativamente à revisão legal das contas anuais e os honorários facturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

As implicações resultantes da incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais, encontram-se integralmente realizadas.

XI. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 88/2011 que, entre outras matérias, reforça os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Directiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que altera as Directivas n.ºs 2006/48/CE e 2006/49/CE, procedendo à vigésima terceira alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2007, de 3 de Abril.

Considerando ainda que o Banco de Portugal, a propósito desta matéria, emitiu o aviso 10/2011 de 29 de Dezembro, apresenta-se, formalmente, os traços gerais desta política, cujo cumprimento é aplicado nesta Instituição.

Política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A.

As remunerações dos órgãos sociais do Banco Carregosa são determinadas por uma Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral.

Esta comissão, cuja constituição e funcionamento está prevista nos Estatutos Societários, é constituída pela Sr.ª Dr.ª Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva (Presidente), Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves e Sr. Dr. Luís Bandeira (cooptação), com mandato para o triénio 2009/2011.

Entendeu aquela Comissão que não deveria haver remunerações variáveis, dependentes ou não da performance individual ou colectiva. Determinou ainda a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos face aos demais colaboradores do Banco.

Para o ano de 2011, as remunerações fixas mensais para os membros dos Órgãos de administração para o período de Janeiro a Setembro foram estabelecidas em:

- Presidente do Conselho de Administração: € 4.000,00;
- Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração: € 6.000,00; Vogais da Comissão Executiva do Conselho de Administração: € 5.800,00.

De Outubro a Dezembro e seguintes:

- Presidente do Conselho de Administração: € 3.760,00;
- Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração: € 5.640,00; Vogais da Comissão Executiva do Conselho de Administração: € 5.452,00.

As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;

Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações.

Pelo exercício das respectivas funções, os membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A. não recebem compensações adicionais às que são comunicadas.

Não foram estabelecidas remunerações fixas ou variáveis para os Membros do Conselho Fiscal para vigorarem no ano de 2011.

Os membros da Comissão de Remunerações não auferirão qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo.

Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.

Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.

A generalidade dos restantes colaboradores auferem apenas remunerações fixas e procurou-se ter em conta o nível de responsabilidade, especificidade de funções desempenhadas e contributos de cada um. Os Colaboradores com funções comerciais na área do mercado de capitais, em linha com a prática neste segmento de negócio auferem, a par de remuneração fixa, um complemento variável, de base objectiva e proporcional aos proventos gerados pelos respectivos Clientes que acompanham. A dimensão da Instituição e o escrutínio permanente por parte da hierarquia permitem prevenir os conflitos de interesse que as remunerações variáveis potencialmente representam.

Sempre que necessárias, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da Instituição.

O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e Colaboradores.

Os Colaboradores a que se refere o nº 2 do Art.º 1º do Aviso Nº 10/2011 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável. Pelas responsabilidades delegadas pela Comissão Executiva no âmbito do controlo interno que integra as funções de Risco, Compliance e Auditoria interna, o Director Central, ao abrigo da alínea b) e c) do nº2 do art.º 1º do mesmo aviso, auferem uma remuneração fixa equivalente aos membros da

Comissão Executiva. Situação similar para o responsável da Banca Privada e Projectos Especiais. Em cumprimento da alínea e) do art.º 17, informa-se igualmente que no ano de 2011, foram efectuadas 3 novas contratações, ficando expresso, no quadro abaixo, os restantes requisitos relacionados com este mesmo artigo, a que acresce, no âmbito de rescisões antecipadas de contrato (alínea f), um valor total de indemnizações de 135.277,00€ para um universo de 12 colaboradores, sendo a mais elevada de 37.000,00€.

Área de Actividade	Remunerações Totais	
	Fixas	Variáveis (*)
Órgãos de Administração e Fiscalização		
Conselho de Administração	60.843,41 €	
Comissão Executiva	324.241,09 €	
Órgãos de Staff		
Auditoria Interna	35.047,00 €	- €
Comunicação	62.249,81 €	- €
Conservação e Reparação	56.566,37 €	- €
Gabinete de Estudos	51.903,41 €	- €
Projectos Especiais	67.437,16 €	- €
Secretariado	99.253,53 €	- €
Direcção Central		
Direcção Central	83.692,21 €	- €
Unidade de Negócio		
Banca Privada	383.792,16 €	- €
Financeiro	150.637,25 €	- €
Mercado de Capitais	305.431,28 €	68.780,42 €
Originação e Gestão	165.117,44 €	- €
Unidade Operacional		
Compliance	38.795,43 €	- €
Contabilidade Informação de Gestão	131.593,85 €	- €
Informática	108.897,19 €	- €
Jurídico	82.387,55 €	- €
Marketing	61.156,81 €	- €
Operações	170.306,92 €	- €
Recursos Humanos	35.242,79 €	- €
Risco	44.621,01 €	- €
Total Global	2.519.213,67 €	68.780,42 €
(*) Valores Pecuniários 79 Colaboradores em exercício de funções no decurso de 2011.		

XII. POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Posição Accionista em 31-12-2011 dos Membros dos Órgãos Sociais no Capital Social (*) do Banco L.J.Carregosa, SA

	Nº Acções (**)
Maria Cândida Rocha e Silva	58.649.733
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937
António José Paixão Pinto Marante	11.000.000
Pedro José Malheiro Duarte	4.412.521
Paulo Armando Morais Mendes	3.737.484
José Paulo Oliveira Faria Duarte	2.900.000
Manuel José Lemos Ferreira Lemos	1.750.000
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	157.500
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	1.000
Luis Manuel de Faria Neiva dos Santos	1.000
Total	120.378.175

(*) Capital Social de 17 500 000,00€

(**) Acções de valor nominal de 0,1€

O aumento de capital para 20 000 000,00€ subscrito em Dezembro 2011, só poderá ser registado após alteração dos Estatutos da Sociedade a deliberar na próxima Assembleia Geral.

XIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) nº5 do artigo 66º, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do Artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 23º dos estatutos da Sociedade que, o Resultado Líquido do Exercício (positivo) no valor de 710.456,00 € seja aplicado:

- **Para Reforço da Reserva Legal:** 71.046,00€
- **Para Resultados Transitados:** 639.410,00€

XIV. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Accionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo frutuoso mantido neste exercício;

Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Aos colaboradores do Banco, pela atitude, empenho e total dedicação que souberam corporizar neste projecto que a todos continua a motivar.

XIV – CONTAS CONSOLIDADAS ANÁLISE E ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2011

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(NIC/NIRF)

€

	Notas / Quadros anexos	31-12-2011			31-12-2010
		Valor antes de provisões imparidades e amortizações	Provisões imparidades e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
		1	2	3=1-2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	764	0	764	1.205.192
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	11.896.632	0	11.896.632	13.761.401
Activos financeiros detidos para negociação	3	39.249.505	0	39.249.505	21.998.445
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	5.935.370	0	5.935.370	11.726.746
Aplicações em instituições de crédito	5	21.887.898	0	21.887.898	30.824.810
Crédito a clientes	6	8.697.855	(156.941)	8.540.914	9.589.777
Investimentos detidos até à maturidade	7	80.018.834	0	80.018.834	6.246
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	8	0	0	0	175.000
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	9	7.700.661	(3.607.725)	4.092.936	4.213.920
Activos intangíveis	10	3.135.491	(2.546.354)	589.137	470.497
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0	0	0	0
Activos por impostos correntes	11	0	0	0	293.083
Activos por impostos diferidos	12	177.144	0	177.144	18.060
Outros activos	13	4.616.066	(46.767)	4.569.299	4.611.246
Total de Activo		183.316.218	(6.357.787)	176.958.432	98.894.422

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(NIC/NIRF)

€

Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2011	31-12-2010
Passivo			
Recursos de bancos centrais	14	90.533.299	0
Passivos financeiros detidos para negociação	15	66.584	115.546
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Recursos de outras instituições de crédito	16	3.235.039	45.054.578
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	50.542.564	23.966.462
Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Provisões		0	0
Passivos por impostos correntes	18	365.834	19.947
Passivos por impostos diferidos		0	0
Instrumentos representativos de capital		0	0
Outros passivos subordinados		0	0
Outros passivos	19	9.226.495	10.365.638
Total de Passivo		153.969.815	79.522.171
Capital		20.000.000	17.500.000
Prémios de emissão		369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		0	0
Ações próprias		0	0
Reservas de reavaliação		(393.219)	(289.253)
Outras reservas e resultados transitados		860.789	1.758.625
Resultado consolidado do exercício		1.108.428	(1.145.218)
Dividendos antecipados		0	0
Total de Capital Próprio atribuível ao Grupo	20	21.945.255	18.193.411
Interesses Minoritários	21	1.043.361	1.178.840
Total de Capital Próprio		22.988.616	19.372.251
Total de Passivo + Capital		176.958.432	98.894.422

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(NIC/NIRF)

€

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2011	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	22	3.499.734	2.513.830
Juros e encargos similares	23	(912.139)	(581.427)
Margem financeira		2.587.595	1.932.404
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	24	4.697.364	7.991.617
Encargos com serviços e comissões	25	(844.759)	(3.636.156)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	26	2.810.999	(1.426.775)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	27	(56.546)	954.821
Resultados de reavaliação cambial	28	222.287	745.908
Resultados de alienação de outros activos	29	39.619	110.358
Outros resultados de exploração	30	(581.735)	(179.317)
Produto da actividade		8.874.824	6.492.862
Custos com pessoal	31	(3.986.513)	(3.929.961)
Gastos gerais administrativos	32	(2.698.109)	(2.989.935)
Depreciações e amortizações	33	(816.651)	(597.188)
Provisões líquidas de anulações		0	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	34	(25.658)	(48.740)
Imparidade de outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações		0	0
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	35	(210.301)	(46.668)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		0	0
Resultado antes de impostos		1.137.593	(1.119.631)
Impostos			
Correntes	36	(376.562)	(68.004)
Diferidos	37	159.085	(48.542)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas		920.115	(1.236.177)
Interesses Minoritários	40	188.313	90.959
Resultado consolidado do exercício		1.108.428	(1.145.218)
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

**Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada
para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010**
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	5.646.742	10.377.857
Pagamento de juros e comissões	(1.693.115)	(4.341.983)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(6.596.426)	(6.956.571)
Recursos de instituições de crédito	54.495.635	18.881.133
Outros activos e passivos operacionais	(15.491.211)	(369.367)
Outros recebimentos de clientes	27.431.121	(2.149.147)
Impostos sobre lucros	257.938	(903.913)
Caixa líquida das actividades operacionais	64.050.684	14.538.010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	0	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	5.687.411	(9.617.968)
Investimentos detidos até à maturidade	(77.976.484)	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(583.504)	(1.174.517)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	72.166	361.137
Investimentos em empresas filiais e associadas	(0)	(289.369)
Caixa líquida das actividades de investimento	(72.800.410)	(10.720.717)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	2.500.000	5.000
Outros instrumentos de capital	-	-
Dividendos pagos	-	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	2.500.000	5.000
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(6.249.726)	3.822.293
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	37.016.152	33.193.859
Caixa e equivalentes no fim do exercício	30.766.425	37.016.152

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(ACTIVIDADE CONSOLIDADA)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amort. exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2011
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Activos Intangíveis													
- Goodwill	0	0	89,015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89,015
Despesas de Estabelecimento	498,364	498,364	0	0	0	0	0	0	0	498,364	0	498,364	0
Custos Plurianuais	595,458	595,458	0	0	0	0	0	0	0	595,458	0	595,458	0
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	1,208,904	1,099,748	101,812	267,558	0	438,264	0	0	0	1,208,904	267,558	1,099,748	381,674
Activos Intangíveis em Curso	180,895	0	257,369	0	0	(438,264)	0	0	0	180,895	0	0	0
Outros Activos Intangíveis	203,675	23,229	0	61,998	0	0	0	0	0	203,675	61,998	23,228.83	118,448
	2,687,295	2,216,798	448,196	329,556	0	0	0	0	0	2,687,295	329,556	2,216,798	589,137
Activos Tangíveis													
Imóveis	405,158	3,055	0	8,221	0	175,000	0	0	0	405,158	8,221	3,055	568,882
Equipamento	3,939,152	2,952,389	224,323	463,877	32,548	0	0	0	665	3,939,152	463,877	2,953,053.96	713,997
Activos em locação financeira	686,164	306,242	0	14,998	0	0	0	0	0	686,164	14,998	306,242	364,924
Activos Tangíveis em Curso	2,445,132	0	0	0	0	0	0	0	0	2,445,132	0	0	2,445,132
	7,475,606	3,261,686	224,323	487,095	32,548	175,000	0	0	665	7,475,606	487,095	3,262,351	4,092,935
TOTAIS	10,162,902	5,478,484	672,519	816,651	32,548	175,000	0	0	665	10,162,902	816,651	5,479,149	4,682,073

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(ACTIVIDADE CONSOLIDADA)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final do exercício
Capital realizado	17,500,000	2,500,000			20,000,000
Prémio de emissão	369,257				369,257
Reserva de reavaliação	(309,168)			(84,051)	(393,219)
Reserva legal	435,190				435,190
Reserva de variações cambiais	19,915			(19,915)	0
Outras reservas	75,362	300,216	(86,591)		288,987
Resultados transitados	1,248,072		(1,058,627)	(52,833)	136,612
Resultado consolidado do exercício	(1,145,218)	1,108,428	1,145,218		1,108,428
Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo	18,193,411	3,908,644	0	(156,799)	21,945,255
Interesses Minoritários	1,178,840			(135,479)	1,043,361
Total Capitais Próprios	19,372,251	3,908,644	0	(292,279)	22,988,615

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O exercício de 2011 foi para o Banco L.J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados), o terceiro exercício completo de actividade como Instituição de Crédito.

Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo sido fixado em 4 de Novembro de 2008 o seu início.

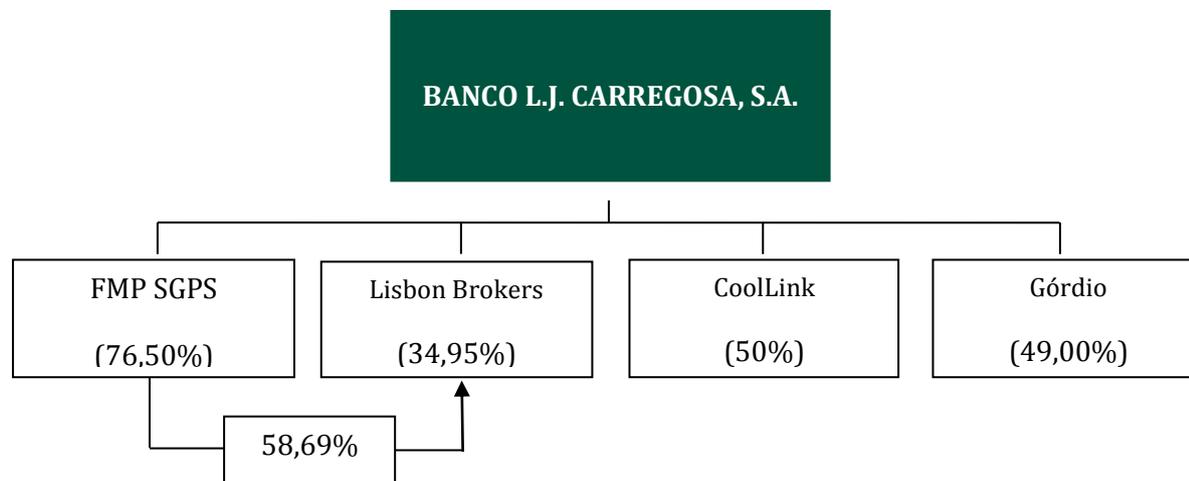
Para além do crescimento orgânico em resultado da alteração da actividade, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto Instituição de Crédito, será também importante referir que, durante estes dois exercícios o Banco Carregosa adquiriu uma participação de 19,99% na sociedade “Optimize Investment Partners – SGFIM”, em Outubro de 2009 e, em Abril de 2010, adquiriu igualmente, directa e indirectamente, 84,84% de participação no capital da sociedade de corretagem “Lisbon Brokers, SA” e 76,50% da sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, em parceria com o Accionista “Imocarregosa, SA”. De referir que esta ultima sociedade detinha em 31 de Dezembro, 10% de acções próprias.

Sociedades que integram o Grupo em 31.12.2011

Actividade	Sede	Capitais Próprios	Activo	Lucro Prejuízo	Participação Efectiva	Método Consolidação
BANCA						
Banco L.J. Carregosa, SA	Portugal	22 124 035	175 444 116	710 456	-	Integral
CORRETAGEM						
Lisbon Brokers, SA	Portugal	50 542	99 941	(201 034)	84,84%	Integral
SOCIEDADES GESTORAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS						
Francisco Marques Pereira, SGPS, SA	Portugal	69 647	93 241	(1 331 644)	85,00%	Integral
SOCIEDADES IMOBILIÁRIAS						
Górdio, SA	Portugal	(111 550)	594.306	(8 051)	49,00%	Integral
SOCIEDADES SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda	Portugal	141 958	206 618	31 080	50,00%	Integral
TOTAIS		22 274 632	176 438 222			

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

Perímetro de Consolidação



Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de actividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

O Grupo apresentou um lucro líquido de 1.108.428,00 €, com os capitais próprios a situarem-se nos 21.945.255,00 €.

Por deliberação do Conselho de Administração de Maio de 2011 e em resultado do insucesso do projecto de reestruturação da Lisbon Brokers, SA e da Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, foi decidido proceder à sua dissolução simultânea, após autorização do Banco de Portugal. Nesta conformidade, O Banco L.J. Carregosa, SA relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras Consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa e das suas filiais e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro.

Consolidação de Empresas Filiais (IAS 27,28 e IFRS 3)

O Banco carregosa detém, directa e indirectamente participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas em virtude do Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transacções e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado consolidado apurado resulta dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efectiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transacções efectuadas entre estas e como tal consideradas no respectivo perímetro de consolidação.

2.2 Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

2.2.1 – Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (fixing) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos activos e passivos expressos em moeda diferente é efectuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

2.2.2 - Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

2.2.3 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do

negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

2.2.4 - Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.5 - Activos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.6 - Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7 - Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8 – Imparidades

Mensalmente, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda *loss event* após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

2.2.9 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.10 - Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i) Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.11 - Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo.

Anos:

Equipamento:

Equipamento de transporte 4 – 8

Mobiliário e material 8 – 16

Equipamento informático 3 – 8

Outras imobilizações corpóreas 5 – 20

2.2.12 - Activos intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.13 - Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de crédito, Recursos de clientes, Outros empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.14 - Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.15 - Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2.2.16 - Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.17 - Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.18 - Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo Vertical de Trabalho para o Sector Bancário* (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o

compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores actualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“Corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.3. Gestão do risco

2.3.1 Função de Gestão de Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afectem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um factor de ajustamento às rentabilidades das operações efectivas e potenciais, com o objectivo de:

- a) Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- b) Homogeneizar e comparar;
- c) Seleccionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- d) Seleccionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- e) Analisar as sinergias das operações;
- f) Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo.

2.3.2 Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, em 5 de Maio de 2009 delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento, é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco na fidúcia, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, inculcar a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco.

Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Nestas funções, é auxiliada pela Comissão de Activos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne pelo menos mensalmente, tendo como membros a Comissão Executiva, o Director do *Private Banking*, o Director Financeiro e o Responsável pela Gestão de Carteiras. Destas reuniões são emanadas recomendações relativamente à captação de recursos e sua aplicação, por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente da Comissão Executiva voto de qualidade em caso de empate.

O Director Financeiro gere a carteira própria, de acordo com as recomendações do ALCO e decisões da Comissão Executiva. No exercício dessa sua atribuição, gere as posições de cobertura cambial dentro dos limites de exposição pretendidos pelo Banco.

O Departamento de Risco identifica, monitoriza e controla, numa perspectiva qualitativa e quantitativa os riscos, transmitindo à Comissão Executiva os resultados, por meio de reportes, quer regulares quer esporádicos, detectando eventuais deficiências e propondo medidas correctivas.

O Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão procede à contabilização das operações e à elaboração de reportes financeiros de uso estratégico e de gestão para a Comissão Executiva.

A Auditoria Interna, através de uma actuação atempada, é responsável por prevenir a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos, quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante para a Instituição.

O Departamento de Compliance assegura a constante sindicância do cumprimento das normas prudenciais a que o Banco se encontra sujeito, através, entre outros, do acompanhamento e da avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respectivo cumprimento.

A Comissão Executiva garante agilidade na tomada de decisões e, com o apoio do Director Central, dissemina as estratégias e decisões em termos de adequação de capital e gestão de riscos.

A segregação e independência de funções de todas as áreas no Banco Carregosa é assegurada pelo reporte directo à Comissão Executiva.

Neste sentido, a estrutura organizacional afigura-se adequada para garantir a segregação de funções e responsabilidades no processo de gestão, o que facilita o cumprimento do quadro normativo de controlo de risco, minimizando a ocorrência de conflitos de interesse entre as áreas de negócio, de risco e controlo.

Para a prossecução dos seus objectivos, o Banco encontra-se dotado de uma ferramenta informática central onde se encontra reunida toda a informação, com as devidas políticas de segurança. A gestão da rede informática do Banco encontra-se também dotada de políticas de segurança eficazes. O tratamento contabilístico é executado através do programa *Smartstream* e a gestão das contas de fornecedores através do programa *Primavera*, com os devidos níveis de segurança. Em paralelo com os sistemas apresentados utilizam-se ferramentas de análise de risco da *Bloomberg* e da *Reuters*, para o controlo do risco de mercado.

O Banco Carregosa desenvolve os seus melhores esforços para garantir que o processo de gestão de risco seja um processo de melhoria contínua e de permanente reavaliação da adequação dos recursos às necessidades.

a) Risco de Crédito

Por risco de crédito entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de cliente ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

A maior parte das operações de crédito concedido pelo Banco, aos seus clientes, visam a aquisição de valores mobiliários.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos activos conosco depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. O Departamento de Risco dispõe de um sistema de informação que permite tempestivamente, controlar a conformidade das garantias prestadas pelos clientes com o nível de crédito concedido.

Acresce a possibilidade contratual do Banco encerrar posições ou vender valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados. A segurança implícita aos mesmos faz com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não tenham repercussões significativas nos capitais próprios.

b) Risco de Mercado

Por risco de mercado entende-se como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos activos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos activos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou activos subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Activos e Passivos) define a alocação dos activos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efectuadas.

O peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de contraparte. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

c) Risco Operacional

O risco operacional entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Este trabalho foi coordenado, por forma a manter relações com os procedimentos e permitir a sua análise estatística. Os controlos apontados na matriz foram testados por uma

consultora externa. As incoerências detectadas foram apresentadas à Comissão Executiva, que está a coordenar os melhoramentos aos procedimentos. Pretende-se, em primeira linha, com isto:

- Criar a base de ocorrências para monitorizar a matriz de riscos;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as acções da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Refere-se ainda que o plano de continuidade de negócio está a ser revisto por forma a alinhá-lo com as melhores práticas indicadas pelo Banco de Portugal.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

d) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem diariamente um relatório do Departamento de Risco com a análise da alocação de activos, passivos e extrapatrimoniais, com estimações de requisitos mínimos de fundos próprios, informação sobre concentração de contrapartes, *mismatches* e com a simulação do impacto da redução drástica da exposição, por necessidades de liquidez. Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações activas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

3. NOTA PRÉVIA:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, em conformidade com as Normas Internacionais de relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	211	1 739
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	<u>553</u>	<u>1 203 453</u>
	<u>764</u>	<u>1 205 192</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
Residentes	4 722 592	8 099 467
Não Residentes	<u>7 174 040</u>	<u>5 661 934</u>
	<u>11 896 632</u>	<u>13 761 401</u>

3.3 Activos Financeiros detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Títulos de negociação		
Títulos	39 234 071	21 998 445
Instrumentos derivados com justo valor positivam	<u>15 434</u>	<u>0</u>
	<u>39 249 505</u>	<u>21 998 445</u>

Esta carteira, fruto dos recursos captados, sofreu um incremento assinalável, representando em 2011 22,18% do total do activo líquido

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de	Valias		Imparidade
		Nominal	Cotação/Preço		Balço	Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Dívida Pública Portuguesa</i>								
Consolidado (1941)	6.745.165	0,01	36,68%	27.872	24.745	-	3.127	-
Consolidado (1942)	9.820.795	0,01	19,55%	29.070	19.200	-	9.870	-
Consolidado (1943)	3.879.575	0,01	39,50%	13.185	15.324	2.139	-	-
Consolidado-Centenários	11.236.144	0,01	40,92%	51.776	45.980	-	5.796	-
OT 3,60% Out. 2014	9.565.100	0,01	73,50%	69.825	70.303	478	-	-
OT JUN 4.375% - 2014	25.000.000	0,01	77,50%	196.250	193.750	-	2.500	-
OTK [Junho 2002/2012 - 5%]	811.600.000	0,01	98,00%	7.705.330	7.953.680	248.350	-	-
PGB 6,40 02/15/16	20.000.000	0,01	72,45%	145.300	144.890	-	410	-
	897.846.779			8.238.608	8.467.872	250.967	21.703	
<i>De outros emissores públicos</i>								
PARPUB 3,5 07/13	1.000.000	1	72,63%	695.000	726.250	31.250	-	-
	1.000.000			695.000	726.250	31.250		
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
Banco BPIPL Float 01/12	1.500.000	1	99,32%	1.433.684	1.489.845	56.161	-	-
Banco Espírito Santo 5,625% - 2014	1.000.000	1	80,16%	853.671	801.565	-	52.106	-
BCPPL 2.375% - 2012	1.500.000	1	100,08%	1.462.295	1.501.162	38.867	-	-
BCPPL 3,625 01/12	3.500.000	1	99,61%	3.386.747	3.486.490	99.743	-	-
BCPPL 5,625 04/14	1.000.000	1	73,00%	946.200	730.000	-	216.200	-
BCPPL Float 03/28/13	500.000	1	73,88%	498.530	369.375	-	129.155	-
BCPPL Float 02/13	1.000.000	1	76,13%	997.770	761.250	-	236.520	-
BESPL 3,75 01/19/12	2.500.000	1	99,67%	2.429.495	2.491.800	62.305	-	-
BESPL Float 02/13	950.000	1	86,25%	839.325	819.375	-	19.950	-
BPIPL 3,25 01/15	1.500.000	1	80,10%	1.392.500	1.201.470	-	191.030	-
BRCORO 4,797 13	1.500.000	1	86,38%	1.370.250	1.295.632	-	74.618	-
BRIPL 4,5 12/16	1.526.000	1	67,00%	1.405.472	1.022.420	-	383.052	-
Caixa Geral Depósitos 3,625 07/14	1.300.000	1	81,62%	1.174.050	1.061.034	-	113.016	-
Caixa Geral Depósitos 4,625 06/12	200.000	1	98,49%	197.270	196.970	-	300	-
CXGD 3,875% - 2016	500.000	1	72,03%	417.500	360.130	-	57.370	-
Montepio 3,25 07/12	500.000	1	94,81%	483.550	474.060	-	9.490	-
Portucel Float 10/2012	31.000	1	99,78%	31.000	30.932	-	68	-
REFER 4 03/16/15	250.000	1	36,50%	93.750	91.250	-	2.500	-
Ren Redes Energeticas 6, 375% - 12/10/2013	25.000	1	89,11%	27.215	22.278	-	4.937	-
	20.782.000			19.440.274	18.207.038	257.076	1.490.312	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
BBVASM 4 05/13/13	500.000	1	99,49%	499.355	497.455	-	1.900	-
BCOBMG 6,5 03/14/14 (*)	500.000	1	92,06%	382.877	355.756	-	27.121	-
BCOBMG 9.15 01/15/16 (*)	683.000	1	94,33%	570.090	497.905	-	72.185	-
Bradford & Bingley 4.25% -2016	1.350.000	1	104,01%	1.257.150	1.404.176	147.026	-	-
EFG Hellas Fund Eurb 6 - 2049	40.000	1	17,51%	28.400	7.005	-	21.395	-
ENELIM 4,625 06/15	250.000	1	101,30%	249.513	253.250	3.737	-	-
Fiat 7,375 07/18	500.000	1	82,78%	490.938	413.910	-	77.028	-
Gerdau 5,75 01/30/21 (*)	250.000	1	99,43%	198.045	192.105	-	5.940	-
GOLDMAN SACHS 4,375 03/16/17	400.000	1	94,45%	398.088	377.808	-	20.280	-
IBESM 4,75 01/16	1.000.000	1	102,11%	1.018.560	1.021.080	2.520	-	-
IILN 5,625 03/17	1.000.000	1	98,10%	1.028.970	980.980	-	47.990	-
MARFRI 8,375 05/18 (*)	500.000	1	72,00%	375.242	278.229	-	97.013	-
OGXPBZ 8,5 6/18 (*)	500.000	1	98,38%	378.700	380.149	1.449	-	-
Portugal Telecom 5,625 02/08/16	150.000	1	82,25%	138.591	123.375	-	15.216	-
Portugal Telecom Int Fin 6% -2013	200.000	1	98,83%	197.600	197.668	68	-	-
Provincia de Buenos Aires 10,875 21 (*)	100.000	1	77,00%	97.916	59.510	-	38.406	-
RBS 3,375 11/23/16	1.000.000	1	100,12%	994.413	1.001.150	6.737	-	-
Rexel 7 12/17/18	125.000	1	96,82%	124.991	121.024	-	3.967	-

TELEFO 4,967 02/16	100.000	1	101,11%	100.000	101.109	1.109	-	-
TITIM 7 01/20/17	250.000	1	100,08%	256.305	250.210	-	6.095	-
	9.398.000			8.785.744	8.513.854	162.646	434.536	
Instrumentos de Capital								
Emitidos por Residentes								
De Outros Emissores Residentes								
Carregosa Brasil Valor - FIM Aberto	10	0,01	791,15	10.000	7.912	-	2.088	-
Carregosa Europa Valor - FIM Aberto	10	0,01	862,39	10.000	8.624	-	1.376	-
Carregosa Technical Trading - FEI Aberto	15	0,01	893,85	15.000	13.408	-	1.592	-
Corticeira Amorim S.A.	80.000	1	1,35	93.862	108.000	14.138	-	-
Outros	-	-	-	-	4	-	-	-
	80.035			128.862	137.948	14.138	5.056	
Emitidos por Não Residentes								
De Outros Emissores Não Residentes								
American International Group Inc. - warr (*)	1	1	5,51	0	4	4	-	-
EDP Renováveis, SA	50.000	1	4,73	239.300	236.400	-	2.900	-
L&C UK Real Estate Fund	5.560	1	472,85	6.620	2.629	-	3.991	-
Opus Credit Fund Ltd	17	1	81,28	1.644	1.382	-	262	-
	55.578			247.564	240.415	4	7.153	
Outros								
Emitidos por Não Residentes								
De Outros Emissores Não Residentes								
Credit Linked Note on BCP 04/16/12 - CZ	1.695.000	1	100,00%	1.695.000	1.695.000	-	-	-
Credit Linked Note on BES 04/16/12 - CZ	1.194.000	1	100,00%	1.193.963	1.194.000	37	-	-
LJC Individual Forex UMA	150	1	344,63	78.453	51.694	-	26.759	-
	2.889.150			2.967.416	2.940.694	37	26.759	
Instrumentos Derivados com Justo Valor								
Positivo								
Outros								
Mais valias não realizadas em CFD's sobre moeda	-	-	-	-	15.434	-	-	-
					15.434			
TOTAL	932.051.542			40.503.468	39.249.505	716.118	1.985.519	

(*) Moeda original USD

3.4 Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Emitidos por Residentes		
Instrumentos dívida pública (Val ant.im.ac.nic/prov.p/imp.ac.NCA)	3 455 082	9 817 640
Instrumentos de capital (Val ant.im.ac.nic/prov.p/imp.ac.NCA)	307 600	307 600
	3 762 682	10 125 240
Emitidos por Não Residentes		
Emissores públicos estrangeiros	2 172 687	1 601 507
	2 172 687	1 601 507
	5 935 370	11 726 746

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. De referir também que, por decisão do “Comité de Alocação de Activos e Passivos – ALCO”, foi efectuada em 2011 a reclassificação de parte dos “Activos Disponíveis para Venda” para “Títulos Detidos até à Maturidade”, justificando assim esta variação entre os dois exercícios.

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valores Unitários			Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		
	Quantidade	Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	Imparidade
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Dívida Pública Portuguesa</i>								
Consolidado (1942)	1.496	0,01	19,55%	8	3	-	5	-
Consolidado (1943)	76	0,01	39,50%	0	0	-	-	-
Consolidado-Centenários	5.000.000	0,01	40,92%	35.750	20.461	-	15.289	-
O.T.-Abril 3,85% - 2021	1.660.000	0,01	53,00%	15.931	8.798	-	7.133	-
	6.661.572			51.689	29.262		22.427	
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
<i>Divida não Subordinada</i>								
BESPL 3,75 01/19/12	1.000.000	1	99,67%	997.166	996.720	-	446	-
BNFPL 3,25% 05/12	2.500.000	1	97,16%	2.483.998	2.429.100	-	54.898	-
	3.500.000			3.481.164	3.425.820		55.344	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Divida Subordinada</i>								
Banco Finantia Float 16	50.000	1	93,35%	46.675	46.675	-	-	-
Banco Finantia Float 17	2.305.000	1	90,50%	2.090.050	2.086.025	-	4.025	-
Banco Finantia INTL Float 15	55.000	1	72,70%	39.988	39.988	-	-	-
	2.410.000			2.176.713	2.172.688		4.025	
Instrumentos de Capital								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
Optimize Investment Partners - SGFIM	30.760	10	10	307.600	307.600	-	-	-
	30.760			307.600	307.600			
Totais	12.602.332			6.017.166	5.935.370		81.796	

3.5 Aplicações em Instituições de Crédito
Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

Aplicações	31/12/2011	31/12/2010
No país		
No Banco de Portugal	6 080 000	0
Em outras instituições de crédito	15 800 000	30 616 936
Em proveitos a receber	7 898	203 515
	21 887 898	30 820 451
Em outros Países		

Instituições de crédito	0	4 358
	0	4 358
	21 887 898	30 824 810

A diminuição desta rubrica encontra justificação no redireccionamento da liquidez para o investimento em títulos da dívida Portuguesa.

3.6 Créditos a clientes

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Crédito em conta corrente		
Crédito interna	6 523 902	8 823 537
Crédito ao exterior	1 990 000	814 000
Outros Créditos		
Crédito Interno e Juros Vencidos	183 953	89 019
	8 697 855	9 726 556
Provisões/Imparidades para Crédito e Juros Vencidos	(156 941)	(136 779)
	8 540 914	9 589 777

A carteira de crédito a clientes mantém-se estável sendo de salientar o baixo nível de provisionamento em resultado de uma política de garantias sólidas e tipologia de crédito (contas correntes), com efeitos positivos nas taxas de juros praticadas.

3.7 Investimentos detidos até à maturidade

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos detidos até à maturidade		
Títulos emitidos por residentes - Instrumentos. de dívida		
De dívida pública portuguesa	77 023 046	6 165
De outros emissores públicos portugueses	959 604	0
Rendimentos a receber		
Juros de invest. detidos até à maturidade		
Emitidos por Residentes		
De dívida pública portuguesa	2 035 030	81
De outros emissores públicos portugueses	1 154	0
	80 018 834	6 246

Por decisão do Comité de Investimentos ALCO, o Banco passou a integrar nesta carteira um lote significativo de títulos, quer através de compras directas, quer por transferência da carteira de Activos financeiros detidos para venda.

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Superior 1 ano	TOTAL
Títulos Rendimento Fixo				
Obrigações de emissores públicos Nacionais	0	70 038 360	8 980 474	80 018 834

3.8 Activos Não Correntes Detidos para Venda

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	Saldos 31-12-2010	Aumento Período	Ajustamento	Alienação Período	Provisões Imparidades	Saldos 31-12-2011
Imóveis	175 000	0	175 0000	0	0	0
Equipamento	0	0	0	0	0	0
	175 000	0	0	0	0	0

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim. Durante os anos de 2008, 2009 e 2010, foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel. Este imóvel foi sujeito a avaliações permanentes, a última das quais em 2010. Por decisão dos órgãos Sociais, em 2011, este Imóvel foi afecto a Actividade da Instituição (arquivo central).

3.9 Outros activos tangíveis

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Outros activos tangíveis		
Imóveis	580 158	405 158
Equipamento	4 033 824	3 939 152
Activos em locação financeira	641 547	686 164
Activos tangíveis em curso	2 445 132	2 445 132
	7 700 661	7 475 606
Amortizações acumuladas		
Imóveis	(11 276)	(3 055)
Equipamento	(3 315 179)	(2 952 389)
Activos em locação financeira	(281 270)	(306 242)
	(3 607 725)	(3 261 686)
	4 092 936	4 213 920

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2011 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2011’.

Na rubrica de Outros Activos Tangíveis está incluído um imóvel pertencente à participada Górdio, que no seu respectivo balanço estava registado pelo montante de 502.303 Euros. Tendo por base uma avaliação efectuada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes a este activo, o mesmo foi avaliado em 2.500.000 Euros, procedendo-se deste modo à sua revalorização por aplicação da IAS 16.

3.11 Activos intangíveis

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Diferença de consolidação positiva (Goodwill)	89 015	0
Outros activos intangíveis		
Sistema Tratamento. Automático de Dados (Software)	1 748 980	1 208 904
Activos intangíveis em curso	0	180 895
Outros	1 297 496	1 297 496
	3 135 491	2 687 295
Amortizações acumuladas		
Despesas de estabelecimento	(498 364)	(498 364)
Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)	(1 367 305)	(1 099 748)
Custos plurianuais	(595 840)	(595 840)
Outros	(84 845)	(22 847)
	(2 546 354)	(2 216 798)
	589 137	470 497

3.12 Activos por Impostos Correntes

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	0	293 083
	0	293 083

3.13 Activos por Impostos Diferidos

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Activos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Activos Tangíveis	11 405	11 321
Activos Intangíveis	6 739	6 739

Imparidade em Investimentos em filiais	159 000	18 060
	177 144	18 060

Esta rubrica reflecte apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento no Banco, uma vez que não foram apuradas quaisquer diferenças temporárias de imposto nas filiais.

3.14 Outros Activos
Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos e juros vencidos de devedores diversos	46 711	46 711
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	99 896	174 351
Devedores diversos	122 580	297 584
Aplicações diversas	111 066	82 233
Outros activos	39 372	34 383
Outros juros e rendimentos similares	0	0
De rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	244 521	78 482
De outros emissores públicos nacionais	17 213	1 603
De outros residentes	539 308	386 702
Outros rendimentos a receber		
Outras obrigações	369 331	137 181
Comissões por serviços prestados	611 335	675 645
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	38 022	34 883
Outras Despesas com Encargo Diferido	56 854	39 459
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões	1 668 233	1 806 146
Outras contas de Regularização	651 625	863 551
	4 616 066	4 658 913
Imp. acum. NIC/ prov. p/ imp. acum. NCA		
Créditos e juros vencidos	(46 711)	(46 711)
Crédito n/ repres. p/ valores mobiliários	(56)	(956)
	(46 767)	(47 667)
	4 569 299	4 611 246

O valor inscrito na conta do Sector Publico Administrativo diz respeito a IVA a recuperar. Na rubrica de devedores diversos, estão incluídos 153.241 € relativos a adiantamentos a fornecedores. De referir também que o valor de crédito vencido de devedores diversos se encontra totalmente provisionado.

3.15 Recursos de Bancos Centrais
Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Recursos do Banco de Portugal		

Outros recursos - Empréstimos	90 500 000	0
Juros de recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	33 299	0
	90 533 299	0

3.16 Passivos Financeiros detidos para negociação

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos derivados com justo valor negativo	66 584	115 546
	66 584	115 546

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 Recursos de outras instituições de crédito

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Recursos de Instituições de Crédito no País		
Descobertos de Depósitos à Ordem	203 885	10 163
Operações de Venda com acordo de recompra- Repo (*)	0	18 559 614
Outros Recursos	1 009	4 892
	204 894	18 574 669
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro		
Descobertos em Depósitos à Ordem (**)	2 814 706	8 760 194
Depósitos à Ordem	215 439	17 719 715
	3 030 145	26 479 909
	3 235 039	45 054 578

(*) Valor atribuído na cedência de títulos que permaneceram em carteira em 2010.

(**) Descobertos em D/Ordem compensados por disponibilidades em OIC's.

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	16 608 598	7 966 048
A prazo	21 820 244	12 795 396
De não residentes		
À ordem	10 480 913	3 077 628
A prazo	1 340 389	20 438
	50 250 144	23 859 510
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	282 387	106 704
De não residentes	10 034	248
	292 421	106 952

50 542 564
23 966 462
3.19 Passivos por impostos correntes
Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	365 834	19 947
	365 834	19 947

O valor de 2010, diz respeito a IRC a pagar da empresa Coollink no valor de 14.566 € e de tributações autónomas da empresa Lisbon Brokers, no valor de 5 381 €.

Em 2011 o valor é composto por IRC a pagar do Banco no valor de 362.298 €, tributações autónomas da empresa Lisbon Brokers no valor de 2,949 €, e IRC a pagar da empresa Coollink no valor de 587 €

3.20 Outros Passivos
Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Credores e outros Recursos		
Fornecedores	303 151	212 210
Fornecedores Bens em Locação Financeira	355 615	458 021
Credores por Operações sobre valores Mobiliários	1 340 755	2 112 479
Outros Credores	914 812	745 271
Outros Recursos	3 153 719	3 293 687
Sector Publico Administrativo		
IVA a pagar	62 541	18 329
Retenções na Fonte	100 112	124 041
Contribuições para a Segurança Social	59 228	73 101
Outros	551	1 925
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 630	5 041
Sindicatos	868	1 001
	6 295 981	7 045 106
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	1 771 214	1 863 643
Encargos a pagar		
Serviços prestados bancários p/ terceiros	0	0
Remunerações a Pagar ao Pessoal	430 212	433 948
Por gastos gerais	508	531
Outros encargos a Pagar	176 494	159 493
	607 214	593 972
Outras receitas com rendimento diferido	213	286
Operações a regularizar	551 872	862 632
	9 226 495	10 365 638

Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contractos de gestão de carteiras.

O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados no ano, e a entregar no ano seguinte.

3.20 Capital

Nota 20

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2011 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo “Demonstração da Variação nos Capitais Próprios”.

3.21 Interesses Minoritários

Nota 21

Os interesses minoritários em 2011 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	141 958	50%	70 979
Górdio, SA	1 886 147	51%	961 935
Lisbon Brokers, SA (*)	50 542	15.16%	0
FMP, SGPS, SA	69 647	15%	10 447
Total	2 148 294		1 043 361

(*) – Inclui prestações suplementares de capital efectuadas por parte do Banco Carregosa efectuadas em 2011 no valor de 600.000 €, pelo que os interesses minoritários são nulos.

3.22 Margem Financeira

Notas 22/23

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Juros e rendimentos similares		
Juros de Disponibilidades	649 729	750 722
Juros de Clientes e Outras Aplicações	2 850 005	1 763 108
	3 499 734	2 513 830
Juros e Encargos Similares		
Recursos de Outras Instituições de Crédito	(356 142)	(76 217)
Juros de Credores e Outros Recursos	(555 997)	(505 210)
	(912 139)	(581 327)
	2 587 595	1 932 504

3.23 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 24/25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Garantias e avales	16 658	2 135
Operações s/ instrumentos financeiros	177 591	42 500
Depósito e guarda de valores	32 757	18 317
Cobrança de Valores	85 747	39 957
Administração de Valores	161 765	260 987
Organismos de investimento colectivo	44 186	0
Operações de crédito	0	400
Outros Serviços Prestados	656 304	727 707
Operações realizadas por conta de Terceiros	3 465 366	6 881 826
Outras comissões recebidas	56 991	17 788
	4 697 364	7 991 617
Encargos com serviços e comissões		
Depósito e guarda de valores	(35 055)	(55 169)
Cobrança de valores	0	(301)
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(34 367)	(22 254)
Operações realizadas por terceiros	(775 337)	(3 558 431)
	(844 759)	(3 636 156)
	3 852 605	4 355 362

Para correcta interpretação dos valores apresentados devemos referir que, em 2010, uma parte importante dos custos relacionados com os outros serviços prestados a clientes estão relevados em operações realizadas por terceiros.

3.24 Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados

Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	61 095 834	7 289 468
Futuros e Outras operações a Prazo	376 325	477 829
	61 472 159	7 767 297
Perdas		
Activos Financeiros detidos por Negociação		
Títulos	(58 075 554)	(8 238 619)
Futuros e Outras Operações a Prazo	(585 606)	(955 452)
	(58 661 160)	(9 194 071)
	2 810 999	(1 426 775)

Os resultados em 2010 foram significativamente afectados pela crise das dívidas soberanas em resultado dos negócios concretizados através da carteira de negociação. A inversão

desta tendência em 2011, resultou de uma forte valorização das obrigações de dívida pública portuguesa verificada em Dezembro de 2011.

3.25 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ganhos		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	0	560 730
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de capital	67 269	462 498
	<u>67 269</u>	<u>1 023 228</u>
Perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	0	(1 656)
Instrumentos de Capital	0	(837)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(123 815)	0
Outros	0	(65 915)
	<u>(123 815)</u>	<u>(68 407)</u>
	<u>(56 546)</u>	<u>954 821</u>

Os resultados resultam das alienações ocorridas durante o ano de 2011 e anulações das reservas correspondentes.

3.26 Resultados de reavaliação cambial
Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ganhos		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	362 260	1 266 312
Perdas		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(139 972)	(520 404)
	<u>222 287</u>	<u>745 908</u>

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição.

3.27 Resultados de alienação de outros activos
Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos		
Activos não financeiros	39 619	110 358
	39 619	110 358

Em 2010, os resultados resultam sobretudo da alienação de activos da Lisbon Brokers na sequência da aquisição por parte do Banco. Em 2011, registou-se a venda de 4 viaturas, propriedade do Banco Carregosa e de 1 viatura propriedade da Lisbon Brokers.

3.28 Outros resultados de exploração
Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais		
Prestação de Serviços Diversos	0	50 014
Outros (*)	56 559	182 236
	56 559	232 250
Perdas		
Outros impostos e taxas suportadas	(61 500)	(112 400)
Quotizações e donativos	(2 318)	(17 251)
Contribuições para FGD	(17 500)	(17 500)
Contrib. p/ sist.de indemnizadores aos investidores	(111 526)	(2 500)
Falhas na gestão e Procedimentos	(288)	(538)
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	(645)	(1 334)
Outros encargos e gastos operacionais (*)	(444 517)	(260 043)
	(638 294)	(411 567)
	(581 735)	(179 317)

(*) Inclui ganhos e perdas referentes a exercícios anteriores que no ano de 2011 representaram ganhos no valor de €19 425 e €150 711 de perdas.

3.29 Custos com o pessoal
Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Remunerações		
Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização (*)	(476 991)	(502 387)
De Empregados	(2 531 247)	(2 478 594)
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a Remunerações	(725 509)	(634 627)
Fundo de Pensões	(45 485)	(119 360)
Outros	(15 694)	(10 504)
Outros custos com o pessoal (**)	(191 587)	(184 490)
	(3 986 513)	(3 929 961)

(**) De referir o pagamento de indemnizações contratuais por força do despedimento colectivo desenvolvido no âmbito da reestruturação do Banco L.J. Carregosa, SA em 2011.

3.30 Gastos gerais administrativos
Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Com fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	(156 333)	(118 432)
Material de Consumo Corrente	(14 892)	(14 097)
Publicações	(8 570)	(12 067)
Material de Higiene e Limpeza	(9 054)	(8 844)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(55 123)	(77 425)
	(243 972)	(230 865)
Com Serviços:		
Rendas e Alugueres	(352 776)	(374 300)
Comunicações	(322 108)	(332 242)
Deslocações, estadas e Representação	(146 505)	(275 660)
Publicidade e edição de Publicações	(273 875)	(306 462)
Conservação e Reparação	(126 784)	(127 329)
Seguros	(25 186)	(35 581)
Avenças e Honorários	(136 028)	(165 345)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(8 949)	(31 680)
Informática	(96 447)	(94 077)
Segurança e Vigilância	(3 821)	(4 465)
Limpeza	(11 040)	(4 949)
Assessoria, comunicação e imagem	(65 658)	(86 057)
Informações	(360 021)	(319 337)
Bancos de dados	(31 203)	(31 227)
Estudos e Consultas	(27 340)	(29 510)
Consultores e Auditores Externos	(466 394)	(540 849)
	(2 454 136)	(2 759 070)
	(2 698 109)	(2 989 935)

(*)Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para a Lisbon Brokers, SA e FMP,SGPS, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas/Fiscal Único

Revisão Legal de Contas	<u>4 250,00</u>
	4 250,00

(*)Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

Revisão Legal de Contas	21 875,00
Serviços de Garantia e Fiabilidade	4 500,00
Outros (Coolink)	<u>1 700,00</u>
	28 075,00

3.31 Depreciações e Amortizações

Nota 33

Conforme referido na nota 11, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2010, ascenderam a **€404.469**.

3.32 Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos e juros vencidos		
Devedores e outras aplicações	(25 658)	(48 740)
	(25 658)	(48 740)

São consideradas nesta rubrica os valores líquidos registados no exercício de acordo com o descrito no ponto 2.2.10.

3.33 Imparidade de outros act. líquida de reversões e recuperações

Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos em Filiais, Associadas e Emp. Conjuntos	0	0
Activos Não Financeiros	210 301	(46.668)
	210 301	(46.668)

O valor de registo nestas rubricas, corresponde à provisão para riscos gerais de crédito, calculado sobre as variações da rubrica ‘Outros Devedores’, que não crédito vencido, na associada ‘Lisbon Brokers’, calculada também de acordo com o descrito no ponto 2.2.10.

3.34 Impostos

Nota 36/37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Correntes	(376 562)	(68 004)
Diferidos	159 085	(48 542)
	(217 478)	(116 546)

Os impostos correntes registados em 2011 no valor de € 376 562 resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável, para o Banco

Carregosa no valor de € 362 435, para a participada Coolink no valor de € 11 178, e para as tributações autónomas da associada Lisbon Brokers no valor de € 2 949.

Os impostos diferidos registados em 2011 no valor de € 159 085 resultam exclusivamente da variação nos activos por impostos diferidos, detalhados no ponto 3.13.

3.35 Interesses Minoritários

Nota 37

Os interesses minoritários no resultado consolidado em 2010, foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Resultados Líquidos	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	31 080	50%	15 540
Górdio, SA	(8 051)	51%	(4 106)
Lisbon Brokers, SA (*)	(201 034)	15.16%	0
FMP, SGPS, SA	(1 331 644)	15%	(199 747)
Total	(1 509 649)		(188 313)

(*) – Conforme referido já na nota 3.21, não se verifica a participação dos interesses minoritários nos resultados da empresa Lisbon Brokers, dado a sua situação líquida se encontrar negativa, após dedução das prestações suplementares de capital do Banco Carregosa.

3.35 Contas Extrapatrimoniais

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidades potenciais para com o SII	221 207	195 552
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	6 751 102	8 500 285
Facilidades de descoberto em conta	194 510	0
	7 166 820	8 695 837
Responsabilidade por prestações de serviços:		
De Depósito e guarda de valores	385 991 078	309 224 438
Valores administrativos pela Instituição	23 121 191	55 856 312
Outras	(0)	20 719 237
	409 112 269	385 799 987
Serviços prestados por Terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	349 302 950	275 597 628
Por outros serviços	0	20 719 237
	349 302 950	296 316 865
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
Operações cambiais a prazo - negociação	5 502 982	7 607 110
Futuros e opções a prazo - negociação	0	300
	5 502 982	7 607 410

Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
Garantias pessoais	2 023 095	105 495
Garantias reais	106 296 906	25 608 906
	108 320 001	25 714 401
Garantias recebidas:		
Garantias pessoais	0	114 671
Garantias reais	4 066 577	8 822 004
	4 066 577	8 936 675
Outras rubricas extra-patrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1 337 153	1 332 127
Juros vencidos	9 623	13 479
	1 346 776	1 345 606

Nas garantias reais prestadas, encontra-se relevado o valor nominal dos títulos cedidos em operações com acordo de recompra (ver ponto 2.2.7), bem como os activos que servem como colateral para os financiamentos obtidos junto do BP/BCE.

XV – CONTAS INDIVIDUAIS ANÁLISE E ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2011

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
Euros

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2011			Ano anterior
		Valor antes de Provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	553	0	553	1.203.453
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	11.805.582	0	11.805.582	13.533.381
Activos financeiros detidos para negociação	3	39.249.501	0	39.249.501	21.998.441
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	5.935.370	0	5.935.370	11.726.746
Aplicações em instituições de crédito	5	21.787.620	0	21.787.620	30.820.451
Crédito a clientes	6	8.711.448	(52.217)	8.659.231	10.302.760
Investimentos detidos até à maturidade	7	80.012.588	0	80.012.588	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	8	0	0	0	175.000
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	9	4.216.074	(2.664.085)	1.551.989	1.644.174
Activos intangíveis	10	1.675.134	(1.180.362)	494.772	465.130
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	11	1.894.378	(600.000)	1.294.378	1.294.378
Activos por impostos correntes	12	0	0	0	293.083
Activos por impostos diferidos	13	177.144	0	177.144	18.060
Outros activos	14	4.475.388	0	4.475.388	4.424.847
Total de Activo		179.940.781	(4.496.664)	175.444.116	97.899.903

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
Euros

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2011	Ano anterior
Passivo			
Recursos de bancos centrais	15	90.533.299	0
Passivos financeiros detidos para negociação	16	66.584	115.546
Outros passivos ao justo valor através de resultados		0	0
Recursos de outras instituições de crédito	17	3.234.030	45.054.578
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	50.595.372	24.159.371
Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Provisões	19	106.074	102.852
Passivos por impostos correntes	20	362.298	0
Passivos por impostos diferidos		0	0
Instrumentos representativos de capital		0	0
Outros passivos subordinados		0	0
Outros passivos	21	8.422.424	9.450.011
Total de Passivo		153.320.081	78.882.358
Capital	22		
Capital		20.000.000	17.500.000
Prémios de emissão		369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		0	0
Reservas de reavaliação		(393.219)	(289.253)
Outras reservas e resultados transitados		1.437.541	1.972.250
Acções próprias		0	0
Resultado do exercício		710.456	(534.709)
Dividendos antecipados		0	0
Total de Capital		22.124.035	19.017.545
Total de passivo e Capital		175.444.116	97.899.903

O Técnico de Contas
A Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2011	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	23	3.498.373	2.513.132
Juros e encargos similares	24	(911.152)	(570.499)
Margem financeira		2.587.221	1.942.632
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	25	4.618.756	7.822.563
Encargos com serviços e comissões	26	(834.425)	(3.602.420)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27	2.810.998	(1.426.775)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	28	(56.546)	954.821
Resultados de reavaliação cambial	29	222.714	746.190
Resultados de alienação de outros activos	30	30.000	0
Outros resultados de exploração	31	(417.383)	(10.720)
Produto da actividade		8.961.335	6.426.291
Custos com pessoal	32	(3.727.291)	(3.349.398)
Gastos gerais administrativos	33	(2.920.701)	(2.953.729)
Amortizações do exercício	34	(772.528)	(515.711)
Provisões líquidas de anulações	35	(3.702)	(46.881)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	36	(23.307)	(1.859)
Imparidade de outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações		0	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	37	(600.000)	0
Resultado antes de impostos		913.807	(441.288)
Impostos		(203.351)	(93.420)
Correntes	38	(362.435)	(44.879)
Diferidos	39	159.085	(48.542)
Resultado após impostos		710.456	(534.709)
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

O Técnico de Contas

A Administração

Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	5.566.611	10.207.891
Pagamento de juros e comissões	(1.682.183)	(4.297.420)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(6.561.420)	(6.344.478)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	54.494.626	18.922.060
Outros activos e passivos operacionais	(15.300.915)	242.388
Outros recebimentos de clientes	27.888.160	(2.566.238)
Impostos sobre lucros	282.975	(884.745)
Caixa líquida das actividades operacionais	64.687.853	15.279.458
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	5.687.411	(9.617.968)
Investimentos detidos até à maturidade	(77.976.484)	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(563.550)	(1.474.180)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	57.900	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	(600.000)	(289.369)
Caixa líquida das actividades de investimento	(73.394.723)	(11.381.517)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	2.500.000	-
Dividendos pagos	-	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	2.500.000	-
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(6.206.870)	3.897.941
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	36.782.035	32.884.094
Caixa e equivalentes no fim do exercício	30.575.165	36.782.035

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

Anexo IV

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amort. exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2011
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
Outros Activos Intangíveis													
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	956,793	853,004	94,084	259,812	0	438,264	0	0	0	956,793	259,812	853,004	376,324
Activos Intangíveis em Curso	180,895	0	257,369	0	0	(438,264)	0	0	0	180,895	0	0	0
Outros Activos Intangíveis	185,994	5,548	0	61,998	0	0	0	0	0	185,994	61,998	5,548	118,448
	1,323,682	858,552	351,452	321,810	0	0	0	0	0	1,323,682	321,810	858,552	494,772
Activos Tangíveis													
Imóveis	347,936	2,113	0	7,751	0	175,000	0	0	0	347,936	7,751	2,113	513,072
Equipamento	3,242,123	2,309,577	212,098	437,438	27,900	0	0	0	665	3,242,123	437,438	2,310,242	678,640
Activos em locação financeira	368,570	2,764	0	5,529	0	0	0	0	0	368,570	5,529	2,764	360,277
Activos Tangíveis em Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	3,958,628	2,314,454	212,098	450,717	27,900	175,000	0	0	665	3,958,628	450,717	2,315,119	1,551,989
TOTAIS	5,282,310	3,173,006	563,550	772,528	27,900	175,000	0	0	665	5,282,310	772,528	3,173,671	2,046,761

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final do exercício
Capital realizado	17,500,000	2,500,000			20,000,000
Prémio de emissão	369,257				369,257
Reserva de reavaliação	(309,168)			(84,051)	(393,219)
Reserva legal	435,190				435,190
Reserva de variações cambiais	19,915			(19,915)	0
Outras reservas	288,987				288,987
Resultados transitados	1,248,072		(534,708)		713,364
Resultado líquido do exercício	(534,708)	710,456	534,708		710,456
Total Capitais Próprios	19,017,545	3,210,456	0	(103,966)	22,124,036

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L.J. Carregosa, SA (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista nº 1083, no Porto. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas.

As origens do Carregosa remontam a 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa funda a L.J. Carregosa tendo como actividade principal o exercício do comércio de câmbios, compra e venda de papéis de crédito e transacções relacionadas. Iniciou a sua actividade como Banco Comercial em Novembro de 2008, altura em que ocorreu a fusão da Sociedade de corretagem L.J. Carregosa e a Personal Value. Por escritura pública de 17 de Setembro de 2008, passou a adoptar a firma Banco L.J. Carregosa, SA.

Para além do crescimento orgânico em resultado da alteração da actividade, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto Instituição de Crédito, especializada em banca privada e gestão de patrimónios, será também importante referir que, durante estes três exercícios, o Banco adquiriu uma participação de 19,99% na sociedade “Optimize Investment Partners – SGFIM”, em Outubro de 2009 e, em Abril de 2010, adquiriu 84,84% de participação nos capitais da “Lisbon Brokers, SA” e 76,5% da “Francisco Marques Pereira, SGPS, SA” em parceria com o accionista “Imocarregosa, SA”. De referir que esta ultima sociedade detinha em 31 de Dezembro, 10% de acções próprias.

Por determinação do Conselho de Administração, deu-se início em 2011 à dissolução destas duas últimas participadas, após aprovação prévia do Banco de Portugal.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 4 agências e um escritório de representação em Espanha.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2011 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2010.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1 - Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2 - Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3 - Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

2.2.4 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

2.2.5 - Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do

capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.6 – Investimentos detidos até à Maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

2.2.7 - Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.8 - Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.9 - Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.10 - Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i) - Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão

estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) - Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido;

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.11 - Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo:

Anos
Equipamento:
Equipamento de transporte 4 – 8
Mobiliário e material 8 – 16
Equipamento informático 3 – 8
Outras imobilizações corpóreas 5 – 20

2.2.12 - Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.13 - Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.14 - Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.15 - Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço

passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.16 - Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.17 - Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

2.2.18 - Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice,

antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“Corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores, mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.2.19 - Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolve em Portugal e em Espanha através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

3. Nota prévia:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e compostas pelas seguintes rubricas:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	0	0
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	553	1 203 453
	553	1 203 453

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
Residentes	4 631 542	7 871 606
Não Residentes	7 174 040	5 661 775
	11 805 582	13 533 381

3.3 Activos Financeiros detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Títulos de negociação		
Títulos	39 234 067	21 998 441
Instrumentos derivados com justo valor positivo	15 434	0
	39 249 501	21 998 441

Esta carteira, fruto dos recursos captados sofreu um incremento assinalável, representando em 2011 22,18% do total do activo líquido.

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
		Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida								
Emitidos por Residentes								
De Dívida Pública Portuguesa								
Consolidado (1941)	6.745.165	0,01	36,68%	27.872	24.745	-	3.127	-
Consolidado (1942)	9.820.795	0,01	19,55%	29.070	19.200	-	9.870	-
Consolidado (1943)	3.879.575	0,01	39,50%	13.185	15.324	2.139	-	-
Consolidado-Centenários	11.236.144	0,01	40,92%	51.776	45.980	-	5.796	-
OT 3,60% Out. 2014	9.565.100	0,01	73,50%	69.825	70.303	478	-	-
OT JUN 4,375% - 2014	25.000.000	0,01	77,50%	196.250	193.750	-	2.500	-
OTK [Junho 2002/2012 - 5%]	811.600.000	0,01	98,00%	7.705.330	7.953.680	248.350	-	-
PGB 6,40 02/15/16	20.000.000	0,01	72,45%	145.300	144.890	-	410	-
	897.846.779			8.238.608	8.467.872	250.967	21.703	
De outros emissores públicos								
PARPUB 3,5 07/13	1.000.000	1	72,63%	695.000	726.250	31.250	-	-
	1.000.000			695.000	726.250	31.250		
De Outros Emissores Residentes								
Dívida não Subordinada								
Banco BPIPL Float 01/12	1.500.000	1	99,32%	1.433.684	1.489.845	56.161	-	-
Banco Espirito Santo 5,625% - 2014	1.000.000	1	80,16%	853.671	801.565	-	52.106	-
BCPPL 2,375% - 2012	1.500.000	1	100,08%	1.462.295	1.501.162	38.867	-	-
BCPPL 3,625 01/12	3.500.000	1	99,61%	3.386.747	3.486.490	99.743	-	-
BCPPL 5,625 04/14	1.000.000	1	73,00%	946.200	730.000	-	216.200	-
BCPPL Float 03/28/13	500.000	1	73,88%	498.530	369.375	-	129.155	-
BCPPL Float 02/13	1.000.000	1	76,13%	997.770	761.250	-	236.520	-
BESPL 3,75 01/19/12	2.500.000	1	99,67%	2.429.495	2.491.800	62.305	-	-
BESPL Float 02/13	950.000	1	86,25%	839.325	819.375	-	19.950	-
BPIPL 3,25 01/15	1.500.000	1	80,10%	1.392.500	1.201.470	-	191.030	-
BRCORO 4,797 13	1.500.000	1	86,38%	1.370.250	1.295.632	-	74.618	-
BRIPPL 4,5 12/16	1.526.000	1	67,00%	1.405.472	1.022.420	-	383.052	-
Caixa Geral Depósitos 3,625 07/14	1.300.000	1	81,62%	1.174.050	1.061.034	-	113.016	-
Caixa Geral Depósitos 4,625 06/12	200.000	1	98,49%	197.270	196.970	-	300	-
CXGD 3,875% - 2016	500.000	1	72,03%	417.500	360.130	-	57.370	-
Montepio 3,25 07/12	500.000	1	94,81%	483.550	474.060	-	9.490	-
Portucel Float 10/2012	31.000	1	99,78%	31.000	30.932	-	68	-
REFER 4 03/16/15	250.000	1	36,50%	93.750	91.250	-	2.500	-
Ren Redes Energeticas 6, 375% - 12/10/2013	25.000	1	89,11%	27.215	22.278	-	4.937	-
	20.782.000			19.440.274	18.207.038	257.076	1.490.312	
Emitidos por Não Residentes								
De Outros Emissores Não Residentes								
Dívida não Subordinada								
BBVASM 4 05/13/13	500.000	1	99,49%	499.355	497.455	-	1.900	-
BCOBMG 6,5 03/14/14 (*)	500.000	1	92,06%	382.877	355.756	-	27.121	-
BCOBMG 9,15 01/15/16 (*)	683.000	1	94,33%	570.090	497.905	-	72.185	-
Bradford & Bingley 4,25% - 2016	1.350.000	1	104,01%	1.257.150	1.404.176	147.026	-	-
EFG Hellas Fund Eurb 6 - 2049	40.000	1	17,51%	28.400	7.005	-	21.395	-
ENELIM 4,625 06/15	250.000	1	101,30%	249.513	253.250	3.737	-	-
Fiat 7,375 07/18	500.000	1	82,78%	490.938	413.910	-	77.028	-
Gerdau 5,75 01/30/21 (*)	250.000	1	99,43%	198.045	192.105	-	5.940	-
GOLDMAN SACHS 4,375 03/16/17	400.000	1	94,45%	398.088	377.808	-	20.280	-
IBESM 4,75 01/16	1.000.000	1	102,11%	1.018.560	1.021.080	2.520	-	-
IILN 5,625 03/17	1.000.000	1	98,10%	1.028.970	980.980	-	47.990	-
MARFRI 8,375 05/18 (*)	500.000	1	72,00%	375.242	278.229	-	97.013	-

OGXPBZ 8,5 6/18 (*)	500.000	1	98,38%	378.700	380.149	1.449	-	-
Portugal Telecom 5,625 02/08/16	150.000	1	82,25%	138.591	123.375	-	15.216	-
Portugal Telecom Int Fin 6% -2013	200.000	1	98,83%	197.600	197.668	68	-	-
Provincia de Buenos Aires 10,875 21 (*)	100.000	1	77,00%	97.916	59.510	-	38.406	-
RBS 3,375 11/23/16	1.000.000	1	100,12%	994.413	1.001.150	6.737	-	-
Rexel 7 12/17/18	125.000	1	96,82%	124.991	121.024	-	3.967	-
TELEFO 4,967 02/16	100.000	1	101,11%	100.000	101.109	1.109	-	-
TITIM 7 01/20/17	250.000	1	100,08%	256.305	250.210	-	6.095	-
	9.398.000			8.785.744	8.513.854	162.646	434.536	
Instrumentos de Capital								
Emitidos por Residentes								
De Outros Emissores Residentes								
Carregosa Brasil Valor - FIM Aberto	10	0,01	791,15	10.000	7.912	-	2.088	-
Carregosa Europa Valor - FIM Aberto	10	0,01	862,39	10.000	8.624	-	1.376	-
Carregosa Technical Trading - FEI Aberto	15	0,01	893,85	15.000	13.408	-	1.592	-
Corticeira Amorim S.A.	80.000	1	1,35	93.862	108.000	14.138	-	-
	80.035			128.862	137.944	14.138	5.056	
Emitidos por Não Residentes								
De Outros Emissores Não Residentes								
American International Group Inc. - warr (*)	1	1	5,51	0	4	4	-	-
EDP Renováveis, SA	50.000	1	4,73	239.300	236.400	-	2.900	-
L&C UK Real Estate Fund	5.560	1	472,85	6.620	2.629	-	3.991	-
Opus Credit Fund Ltd	17	1	81,28	1.644	1.382	-	262	-
	55.578			247.564	240.415	4	7.153	
Outros								
Emitidos por Não Residentes								
De Outros Emissores Não Residentes								
Credit Linked Note on BCP 04/16/12 - CZ	1.695.000	1	100,00%	1.695.000	1.695.000	-	-	-
Credit Linked Note on BES 04/16/12 - CZ	1.194.000	1	100,00%	1.193.963	1.194.000	37	-	-
LJC Individual Forex UMA	150	1	344,63	78.453	51.694	-	26.759	-
	2.889.150			2.967.416	2.940.694	37	26.759	
Instrumentos Derivados com Justo Valor								
Positivo								
Outros								
Mais valias não realizadas em CFD's sobre moeda	-	-	-	-	15.434	-	-	-
					15.434			
TOTAL	932.051.542			40.503.468	39.249.501	716.118	1.985.519	

(*) Moeda original USD

3.4 Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Emitidos por residentes		
Instr. dívida públ. (Val ant.im.ac.nic/prov.p/imp.ac.NCA)	3 455 082	9 817 640
Instr. capital (Val ant.im.ac.nic/prov.p/imp.ac.NCA)	307 600	307 600
	3 762 682	10 125 240
Emitidos por não residentes		
Emissores Públicos Estrangeiros	2 172 688	1 601 506
Outros	0	0
	2 172 688	1 601 506
	5 935 370	11 726 746

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. De referir também que, por decisão do “Comité de Alocação de Activos e Passivos – ALCO”, foi efectuada em 2011 a reclassificação de parte dos “Activos Disponíveis para Venda” para “Títulos Detidos até à Maturidade”, justificando assim esta variação entre os dois exercícios.

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		
		Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	Imparidade
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Dívida Pública</i>								
<i>Portuguesa</i>								
Consolidado (1942)	1.496	0,01	19,55%	8	3	-	5	-
Consolidado (1943)	76	0,01	39,50%	0	0	-	-	-
Consolidado-Centenários	5.000.000	0,01	40,92%	35.750	20.461	-	15.289	-
O.T.- Abril 3,85% - 2021	1.660.000	0,01	53,00%	15.931	8.798	-	7.133	-
	6.661.572			51.689	29.262		22.427	
<i>De Outros Emissores</i>								
<i>Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
BESPL 3,75 01/19/12	1.000.000	1	99,67%	997.166	996.720	-	446	-
BNFPL 3,25% 05/12	2.500.000	1	97,16%	2.483.998	2.429.100	-	54.898	-
	3.500.000			3.481.164	3.425.820		55.344	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores</i>								
<i>Não Residentes</i>								
<i>Dívida Subordinada</i>								
Banco Finantia Float 16	50.000	1	93,35%	46.675	46.675	-	-	-
Banco Finantia Float 17	2.305.000	1	90,50%	2.090.050	2.086.025	-	4.025	-
Banco Finantia INTL Float 15	55.000	1	72,70%	39.988	39.988	-	-	-
	2.410.000			2.176.713	2.172.688		4.025	

Instrumentos de Capital								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
Optimize Investment Partners - SGFIM	30.760	10	10	307.600	307.600	-	-	-
	30.760			307.600	307.600			
Totais	12.602.332			6.017.166	5.935.370			81.796

3.5 Aplicações em Instituições de Crédito

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Aplicações		
No País		
No Banco de Portugal	6 080 000	0
Em outras instituições de crédito	15 700 000	30 616 936
Em proveitos a receber	7 620	203 515
	21 787 620	30 820 451

A diminuição desta rubrica encontra justificação no redireccionamento da liquidez para o investimento em títulos da dívida Portuguesa.

3.6 Créditos a clientes

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Crédito em conta corrente		
Crédito interno	6 511 352	9 422 615
Crédito ao exterior	1 990 000	814 000
Outros Créditos		
Crédito interno e juros vencidos	186 654	89 019
Juros de créditos a clientes	23 442	11 053
	8 711 448	10 336 687
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	(52 217)	(33 927)
	8 659 231	10 302 760

A carteira de crédito a clientes mantém-se estável sendo de salientar o baixo nível de provisionamento em resultado de uma política de garantias sólidas e tipologia de crédito (contas correntes), com efeitos positivos nas taxas de juros praticadas.

3.7 Investimentos detidos até à maturidade

Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos detidos até à maturidade		
Títulos emitidos por residentes - Instr. de dívida		
De dívida pública portuguesa	77 016 880	0
De outros emissores públicos portugueses	959 604	0
Rendimentos a receber		
Juros de investimentos detidos até à maturidade - emitidos por Residentes.		
De dívida pública portuguesa	2 034 950	0
De outros emissores públicos portugueses	1 154	0
	80 012 588	0

Por decisão do Comité de Investimentos ALCO, o Banco passou a integrar nesta carteira um lote significativo de títulos, quer através de compras directas, quer por transferência da carteira de Activos financeiros detidos para venda.

A análise por maturidade da carteira de obrigações em 31 de Dezembro é a seguinte:

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses a 1 ano	Superior 1 ano	TOTAL
Títulos Rendimento Fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	0	71 038 360	8 974 228	80 012 588

3.8 Activos Não Correntes Detidos para Venda

Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

Saldos 31-12-2010	Aumento Período	Ajustamento	Alienação Período	Provisões Imparidades	Saldos 31-12-2011

Imóveis	175 000	0	(175 000)	0	0	0
Equipamento	0	0	0	0	0	0
	175 000	0	(175 000)	0	0	0

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim. Durante os anos de 2008, 2009 e 2010, foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel. Este imóvel foi sujeito a avaliações permanentes, a última das quais em 2010. Por decisão dos órgãos Sociais, em 2011, este Imóvel foi afecto a Actividade da Instituição (arquivo central).

3.9 Outros activos tangíveis

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Outros activos tangíveis		
Imóveis	522 936	347 936
Equipamento	3 324 569	3 242 123
Activos em locação financeira	368 570	368 570
Activos tangíveis em curso	0	0
	4 216 074	3 958 628
Amortizações acumuladas		
Imóveis	9 864	2 113
Equipamento	2 645 928	2 309 577
Activos em locação financeira	8 293	2 764
	(2 664 085)	(2 314 454)
	1 551 989	1 644 174

3.10 Activos intangíveis

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Outros activos intangíveis		
Sistema Tratamento Automático de Dados (Software)	1 489 140	956 793
Activos tangíveis em curso	0	180 895
Outros	185 994	185 994
	1 675 134	1 323 682
Amortizações acumuladas		
Despesas de Estabelecimento	0	0
Sistema Tratamento. Automático de Dados (Software)	1 112 815	853 003

Activos tangíveis em curso	0	0
Custos plurianuais	382	382
Outros	67 165	5 167
	(1 180 362)	(858 552)
	494 772	465 130

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2011 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2011’.

3.11 Investimentos em Filiais, Associadas e Outras
Nota 11

	Valor Participação	Total Capitais Próprios	Resultado Liquido	Capital Próprio Ajustado (*)
Coollink, Lda	25 000	141 958	31 080	141 958
Górdio, SA	980 000	(111 550)	(8 051)	1 886 147
Lisbon Brokers, SA	708 099	50 542	(201 034)	50 542
FMP, SGPS, SA	181 279	69 647	(1 331 644)	69 647
	1 894 378	141 958	(1 571 809)	2 148 294

(*) Ajustamento decorrente da aplicação das IAS

3.12 Activos por Impostos Correntes
Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar (*)	0	293 083
	0	293 083

(*) Pagamentos por conta efectuados em 2010, não se verificando em 2011 qualquer pagamento por insuficiência de matéria colectável.

3.13 Activos por Impostos Diferidos
Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Activos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Activos Tangíveis	11 405	11 321

Activos Intangíveis	6 739	6 739
Imparidade em Investimentos em filiais	159 000	18 060
	177 144	18 060

O valor registado em 2010 nesta rubrica, deriva do facto das normas relativas ao IRC permitiram o diferimento do impacto fiscal relativo às obras em edifícios arrendados, que segundo as IAS são consideradas na contabilidade integralmente como custo do exercício. O respectivo impacto no IRC em períodos futuros estava estimado em € 11 405. Da mesma forma, são considerados os impactos fiscais relativos a marcas e patentes, que embora não sendo amortizáveis, terão um impacto fiscal no caso de venda futura. O impacto fiscal relativo a marcas e patentes é de € 6739. Em 2011, verifica-se também o registo nesta rubrica do efeito provocado pela Imparidade de €600 000 nas Participadas em fase de dissolução que apenas pode ser considerado como custo fiscal na data da dissolução.

3.14 Outros Activos

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	0	77 702
Devedores diversos	132 551	214 159
Aplicações diversas	111 066	82 233
Outros activos	39 372	34 383
Outros juros e rendimentos similares	0	0
De rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	244 521	78 482
De outros emissores públicos nacionais	17 213	1 603
De outros residentes	539 308	386 702
De Rendimento Fixo emitido por não Residentes		
Outras obrigações	369 331	137 181
Outros Rendimentos a Receber	611 335	675 645
Despesas com encargos diferidos		
Seguros	38 022	34 883
Outras Despesas com Encargo Diferido	52 811	32 179
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões	1 668 233	1 806 146
Outras contas de Regularização	651 625	863 551
	4 475 388	4 424 847

3.15 Recursos de Bancos Centrais

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Recursos do Banco de Portugal		
Outros recursos - Empréstimos	90 500 000	0
Juros de Recursos do Banco de Portugal		
Empréstimos	33 299	0
	90 533 299	0

A maturidade dos financiamentos obtidos junto do Banco de Portugal/BCE em 31/12/2011, é a seguinte: até 1 mês 42.0000.000,00€; de 1 a 3 meses 28.500.000,00€; mais de 12 meses 20.000.0000,00€.

3.16 Passivos Financeiros detidos para negociação

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos derivados com justo valor negativo	66 584	115 546
	66 584	115 546

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 Recursos de outras instituições de crédito

Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Recurso a instituições de Crédito no País		
Descobertos de Depósitos à Ordem (**)	203 885	10 163
Empréstimos - Repo (*)	0	18 559 614
Outros Recursos	0	4 893
	203 885	18 574 670
Recurso de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Em outras instituições de crédito	3 030 145	26 479 908
	3 030 145	26 479 908
	3 234 030	45 054 578

(*) Valor atribuído na cedência de títulos que permaneceram, em carteira conforme referido em 2.2.7

(**) Descobertos em D/Ordem compensados por disponibilidades em OIC's.

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos
Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	16 661 406	8 158 958
A prazo	21 820 244	12 795 396
De não residentes		
À ordem	10 480 913	3 077 628
A prazo	1 340 389	20 438
	<u>50 302 951</u>	<u>24 052 419</u>
Juros de recursos de clientes		
Depósitos a Prazo		
De residentes	282 387	106 703
De não residentes	10 034	248
	<u>292 421</u>	<u>106 952</u>
	<u>50 595 372</u>	<u>24 159 371</u>

3.19 Movimentos em Provisões e Imparidades e Correções de Valores Associadas ao Crédito a Clientes e Valores a Receber
Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	Saldos 31-12-2010	Dotações	Utilizações Transf/Ajust	Anulações Reposições	Saldos 31-12-2011
Provisões Para Crédito e Juros Vencidos (*)	33 927	33 197	(5 017)	10 690	52 217
Provisões para Riscos Gerais Crédito	102 852	139 089	(480)	129 387	106 074
Outras Provisões	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>136 779</u>	<u>167 086</u>	<u>(5 497)</u>	<u>140 077</u>	<u>158 291</u>

(*) Estes totais incluem as Provisões deduzidas no Activo (nota 6).

3.20 Passivos por impostos correntes

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	362 298	0
	362 298	0

3.21 Outros Passivos

Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Credores e outros recursos		
Fornecedores	288 408	185 719
Fornecedores Bens em Locação Financeira	355 615	437 148
Credores por Operações sobre valores Mobiliários	1 340 755	2 057 726
Outros Credores	175 702	10 195
Outros Recursos	3 153 719	3 293 687
Sector Público Administrativo		
IVA a pagar	45 012	0
Retenções na Fonte	97 496	113 017
Contribuições para a Segurança Social	55 099	49 701
Outras	551	1 925
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 630	5 041
Sindicatos	868	1 001
	5 517 855	6 155 161
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	1 771 214	1 863 643
Encargos a pagar		
Serviços prestados bancários p/ terceiros	0	0
Remunerações a Pagar ao Pessoal	399 009	403 963
Por gastos gerais	266	531
Outros encargos a Pagar	176 494	157 790
	575 769	562 284
Outras receitas com rendimento diferido	213	286
Operações a regularizar	557 372	868 637
	8 422 424	9 450 011

Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados no ano, e a entregar no ano seguinte.

3.22 Capital

Nota 20

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação positiva face a 2010 no montante de €3 106 490 em resultado do aumento de capital realizado em Dezembro de 2011, da variação das Reservas de reavaliação e do Resultado positivo do exercício.

3.23 Margem Financeira

Nota 23 e 24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Juros e rendimentos similares de:		
Juros de Disponibilidades	649 451	750 094
Juros de Clientes e Outras Aplicações	2 848 921	1 763 038
	3 498 373	2 513 132
Juros e Encargos Similares de:		
Recursos de Outras Instituições de Crédito	(356 142)	(72 271)
Juros de Credores e Outros Recursos	(555 010)	(498 229)
	(911 152)	(570 499)
	2 587 221	1 942 632

A margem financeira aumentou consideravelmente em 2011 devido ao crescimento dos recursos de clientes. Desta forma se explicam as variações mais significativas em rendimentos de outros activos financeiros, constituídos pelos juros de aplicações realizadas pelo Banco e pelos juros do crédito, e por outro lado, no aumento dos juros de recursos de clientes, que representam os juros pagos nos depósitos a prazo.

3.24 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 25 e 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
Garantias e avales	16 658	2 135
Outras operações s/ instrumentos financeiros	177 591	42 500
Depósito e guarda de valores	32 022	18 317
Cobrança de Valores	85 638	39 847
Administração de Valores	161 765	260 987
Org. invest. colectivo valor imob.	44 186	0
Operações de crédito	0	400
Outros Serviços Prestados	656 304	727 707
Operações realizadas por conta de Terceiros	3 387 601	6 712 881

Outras comissões recebidas	56 991	17 788
	4 618 756	7 822 563
Encargos com serviços e comissões por:		
Depósito e guarda de valores	(35 055)	(55 169)
Cobrança de valores	(0)	(36)
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(32 803)	(19 043)
Operações realizadas por terceiros	(766 567)	(3 528 171)
	(834 425)	(3 602 420)
	3 784 331	4 220 143

Para correcta interpretação dos valores apresentados devemos referir que, em 2010, uma parte importante dos custos relacionados com os outros serviços prestados a clientes está relevada em operações realizadas por terceiros.

3.25 Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos em:		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	61 095 834	7 289 468
Futuros e Outras operações a Prazo	376 325	477 829
	61 472 159	7 767 296
Perdas em:		
Activos Financeiros detidos por Negociação		
Títulos	(58 075 554)	(8 238 619)
Futuros e Outras Operações a Prazo	(585 606)	(955 452)
	(58 661 160)	(9 194 071)
	2 810 998	(1 426 775)

Os resultados em 2010 foram significativamente afectados pela crise das dívidas soberanas em resultado dos negócios concretizados através da carteira de negociação. A inversão desta tendência em 2011, resultou de uma forte valorização das obrigações de dívida pública portuguesa verificada em Dezembro de 2011.

3.26 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos em:		
Activos financeiros disponíveis para venda		

Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	0	560 730
Instrumentos de capital	0	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	67 269	462 498
Instrumentos de capital	0	0
	<u>67 269</u>	<u>1 023 228</u>
Perdas em:		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	0	(2 492)
Instrumentos de capital	0	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(123 815)	0
Instrumentos de capital	0	0
Outros	0	(65 915)
	<u>(123 815)</u>	<u>(68 407)</u>
	<u>(56 546)</u>	<u>954 821</u>

Os resultados resultam das alienações ocorridas durante o ano de 2011 e anulações das reservas correspondentes.

3.27 Resultados de reavaliação cambial

Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	362 100	1 265 546
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	<u>(139 386)</u>	<u>(519 356)</u>
	<u>222 714</u>	<u>746 190</u>

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou uma maior exposição.

3.28 Resultados de alienação de outros activos

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos em:		
Activos não financeiros	30 000	0
	30 000	0

Em 2011 verificou-se, exclusivamente, a venda de 4 viaturas

3.29 Outros resultados de exploração

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos em:		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais (*)	42 721	219 160
	42 721	219 160
Perdas em:		
Outros impostos e taxas suportadas	(38 859)	(32 620)
Quotizações e donativos	(2 318)	(17 026)
Contribuições para FGD	(17 500)	(17 500)
Contrib. p/ sist.de indem. aos investidores	(107 381)	(2 500)
Falhas na gest. e exec. de proced.	(288)	(538)
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	(645)	(1 333)
Perdas em Activos não Financeiros	0	0
Outros Activos Tangíveis e Intangíveis	0	0
Outros encargos e gastos operacionais (*)	(293 114)	(158 363)
	(460 105)	(229 881)
	(417 383)	(10 720)

(*) Inclui ganhos e perdas referentes a exercícios anteriores que no ano de 2011 representaram ganhos no valor de €17.053 e €125.590 de perdas.

3.30 Custos com o pessoal

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Remunerações		
Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	(383 271)	(401 299)
De Empregados	(2 416 091)	(2 213 686)
Encargos Sociais Obrigatórios		
Encargos relativos a Remunerações	(681 630)	(547 647)
Fundo de Pensões	(45 485)	(119 360)
Outros (*)	(15 022)	(9 942)
Outros custos com o pessoal (*)	(185 792)	(57 464)
	(3 727 291)	(3 349 398)

Em Dezembro 2010 o Banco contava com 76 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 78. No último trimestre de 2011, em resultado do projecto de reestruturação iniciado naquele período, desenvolveu-se paralelamente um processo de despedimento colectivo que, por si, justifica a variação significativa no seu quadro de pessoal. O impacto na estrutura de custos só se fará sentir no exercício de 2012 uma vez que houve que suportar, em 2011, as indemnizações (*) correspondentes.

Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que, à data de 31 de Dezembro de 2010, não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.

O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;
- Subsídio Morte para activos.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de Dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de protecção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respectivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE com condições aproximadas aos serviços de assistência médica do SAMS.

<i>Distribuição por Categoria Profissional</i>	31.12.2010	31.12.2011
Administração	5	5
Direcção	11	14
Técnicos	13	12
Administrativos	15	13
Comerciais/operacionais	28	18
Outros	6	6
	78	68

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respectivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação actuarial realizada por um actuário da firma Pereira da Silva, Pedro Corte Real & Associados, sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no *ACTV - Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário*. A 31 de Dezembro de 2011, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 19 activos e 1 pensionista.

Do Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de Janeiro, resultam alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social, 31 de Dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Actual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de Dezembro de 2011 corresponde a € 1.603.961,11, sendo que deste montante, € 102.211,00 correspondem ao Valor Actual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de € 1.668.232,80, o que significa uma cobertura integral do Valor Actual das Responsabilidades com os Serviços Passados.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos e em 95% as responsabilidades por serviços passados da população activa, verifica-se que o mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido, situando-se o nível de financiamento global em 31/12/2011 nos 104,01%.

Face ao nível de financiamento observado, o Banco Carregosa não efectuou contribuições em 2011 e no mesmo período pagou € 4.239,24 em Pensões e € 20.173,95 em prémios de seguro.

A contribuição recomendada para 2012 é de € 34.676,44 que corresponde a 7,84% da massa salarial prevista para 2012.

O respectivo relatório encontra-se disponível para consulta.

3.31 Gastos gerais administrativos

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Com fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	(153 132)	(106 078)
Material de Consumo Corrente	(12 504)	(11 201)
Publicações	(8 570)	(8 987)
Material de Higiene e Limpeza	(9 054)	(7 888)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(53 595)	(76 528)
	(236 855)	(210 681)
Com Serviços:		
Rendas e Alugueres	(312 620)	(298 065)
Comunicações	(306 566)	(283 705)
Deslocações, estadas e Representação	(121 881)	(248 044)
Publicidade e edição de Publicações	(273 875)	(306 462)
Conservação e Reparação	(122 950)	(123 038)
Seguros	(18 864)	(19 194)
Avenças e Honorários	(78 111)	(85 698)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(7 153)	(3 471)
Informática	(484 846)	(403 360)
Segurança e Vigilância	(3 821)	(3 849)

Limpeza	(11 040)	(4 949)
Assessoria, comunicação e imagem	(57 869)	(43 213)
Informações	(359 314)	(318 413)
Bancos de dados	(31 203)	(31 227)
Estudos e Consultas	(27 340)	(29 510)
Consultores e Auditores Externos	(466 394)	(540 849)
	(2 683 846)	(2 743 048)
	(2 920 701)	(2 953 729)

(*)Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com o ROC,, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisor Oficial de Contas

Revisão Legal de Contas	21 875,00
Serviços de Garantia e Fiabilidade	4 500,00
	26 375,00

3.30 Amortizações do exercício
Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Activos tangíveis		
De imóveis	(7 751)	(2 113)
De equipamento	(437 438)	(408 331)
De activos em locação financeira	(5 529)	(2 764)
De outros activos intangíveis	0	0
	(450 717)	(413 208)
Activos intangíveis	(321 810)	(102 503)
	(772 528)	(515 711)

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2011, ascenderam a € 772 528

3.31 Provisões líquidas de anulações
Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Ganhos em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	129 387	70 702
Perdas em:		
Provisões para riscos gerais de crédito	(133 089)	(117 583)
	(3 702)	(46 881)

3.32 Correções de valores associados ao crédito a clientes

Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ganhos em:		
Para crédito vencido	10 690	4 784
Perdas em:		
Para crédito vencido	(33 998)	(6 643)
	<u>(23 307)</u>	<u>(1 859)</u>

3.33 Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	600 000	0
	<u>600 000</u>	<u>0</u>

O registo desta imparidade é resultante do teste de imparidade efectuado para as duas Participadas Lisbon Brokers, SA e Francisco Marques Pereira, SGPS, SA na proporção de €530 000 para a primeira e €70 000 para a segunda, conforme modelo sujeito a aprovação pelo Banco de Portugal e constante da ênfase do ROC na CLC de 2010.

3.34 Impostos

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Correntes	(362 435)	(44 879)
Diferidos	159 085	(48 542)
	<u>(203 351)</u>	<u>(93 420)</u>

Impacto dos registos nas notas abaixo.

IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2011 e 2010 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	2011	2010
1 Resultados antes de Impostos - Base NCA	913.807	-441.288
2 Taxa legal de Imposto (IRC + Derrama)	26,50%	26,50%
3 Carga Fiscal Normal (1x2)	242.159	0
4 Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões não dedutíveis	133.089	117.583
4.2 Amortizações não aceites como costumam	51.054	54.357
4.3 Donativos e Quotizações	50	0
4.4 IRC relativo a anos anteriores	0	0
4.5 Mais-valias fiscais	9.143	0
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	1.608	769
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	125.590	143.222
4.8 Correções impactos em NCA's	10.671	36.152
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	0	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	17.852	33.649
4.11 Pensões de reforma	0	0
4.12 Insuficiência estimativa de imposto	9.971	0
4.13 Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	0	11.597
4.14 Fundo de pensões	45.485	0
4.15 Imparidade em filiais	600.000	0
	<u>1.004.514</u>	<u>397.329</u>
5 Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões tributáveis	-129.387	-70.702
5.2 Benefícios fiscais	-1.084	-1.586
5.3 Impacto NCA's	-10.352	-27.400
5.4 Mais valias contabilísticas	-30.000	0
5.5 Excesso estimativa de imposto	0	-4.003
5.6 Correções relativas a exercícios anteriores	-17.053	-158.416
	<u>-187.876</u>	<u>-262.106</u>
6 Variações patrimoniais	<u>-103.966</u>	<u>-202.575</u>
7 Lucro tributável (1+4+5+6)	1.626.479	-508.641
8 Prejuízo fiscal reportável	-508.641	0
9 Imposto (Colecta + Derrama)	302.294	0
10 Tributações autónomas	60.141	44.879
11 Imposto total (9+10)	362.435	44.879
12 Taxa efectiva (11/1)	39,66%	0,00%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

3.35 Impostos Diferidos

Nota 39

Os impostos diferidos registados em 2010 no valor de €48 542 resulta de dois efeitos simétricos, sendo um resultante da anulação dos activos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores no valor de €50 861, extinto que foi o benefício do reporte fiscal associado e € 2 319 provocado por ajustamentos decorrentes de políticas de natureza contabilística/fiscal dos activos fixos tangíveis e intangíveis,

Em 2011 o registo de €159 085 está conforme o impacto nos resultados da imparidade calculada e referida na nota 37).

3.36 Rubricas Extrapatrimoniais

Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2011	31/12/2010
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidades potenciais para com o SII	220 117	187 822
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	6 751 102	8 500 285
Facilidades de descoberto em conta	194 510	0
	7 165 729	8 688 107
Responsabilidade por prestações de serviços:		
De Depósito e guarda de valores	385 995 602	310 926 953

Valores administrativos pela Instituição	23 121 191	55 856 312
Outras	0	20 719 237
	409 116 793	387 502 501
Serviços prestados por Terceiros:		
Por depósito e guarda de valores	349 298 426	273 895 114
Por outros serviços	0	20 719 237
	349 298 426	294 614 351
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
Operações cambiais a prazo - negociação	5 502 982	7 607 110
Futuros e opções a prazo - negociação	0	300
	5 502 982	7 607 410
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
Garantias pessoais	2 023 095	105 495
Garantias reais (*)	106 296 906	25 608 906
	108 320 001	25 714 401
Garantias recebidas:		
Garantias pessoais	0	114 671
Garantias reais	4 066 577	8 822 004
	4 066 577	8 936 675
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	1 337 153	1 332 127
Juros vencidos	9 781	13 479
	1 346 934	1 345 606

(*) Nas garantias reais prestadas, encontram-se relevadas ao valor nominal dos títulos cedidos, nomeadamente como colateral do financiamento com o Banco de Portugal.

Porto, 06 de Março de 2012

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

Jose Paulo de Oliveira Faria Duarte

Américo Ferreira de Amorim

Paulo Armando Morais Mendes

Carlos da Costa Oliveira

António José Paixão Pinto Marante

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

**XVI. CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS
(INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 176.958.432 euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 22.988.616 euros, incluindo um resultado consolidado líquido positivo de 1.108.428 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.

Ênfases

- 8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior refiro que, a Certificação Legal das Contas individuais deste exercício do Banco Carregosa inclui uma ênfase no seu parágrafo 8 que, também é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas pelo que se reproduz a mesma em seguida.

À participação de 19,99% na sociedade Optimize Investment Partners – SGFIM (**Optimize**) cuja aquisição ocorreu em 2009 pelo montante de 307.600 euros, valor pelo qual consta do Activo consolidado do Banco Carregosa a 31 de Dezembro de 2011 na rubrica de Activos Financeiros disponíveis para venda, foram efectuados testes de imparidade tendo o Banco Carregosa concluído não se revelar necessário o registo de qualquer imparidade neste exercício pelas razões descritas em seguida.

De acordo com a IAS 39, os activos financeiros que sejam investimentos em instrumentos de capital próprio, que não tenham um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, devem ser mensurados pelo custo e estão sujeitos a revisão quanto à imparidade. A participação do Banco Carregosa na **Optimize** enquadra-se no descrito neste parágrafo.

Assim, tendo-se constatado pelas Contas anuais da **Optimize** de 2010 e pelas Contas anuais de 2011 provisórias que foram disponibilizadas que, a sociedade se enquadra no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais uma vez que se verifica que, pelas já citadas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 provisórias, está perdido mais de metade do seu capital social, foram efectuados testes de imparidade em conformidade.



Esses testes de imparidade basearam-se na informação prestada pela sociedade **Optimize** ao Banco Carregosa, a qual inclui uma opinião embora informal de uma entidade idónea e independente do Órgão de Gestão da **Optimize** que, relativamente ao *Business Plan* da **Optimize** para os anos 2011 a 2015, afirma nomeadamente que, “...relativamente aos pressupostos, em especial o aumento das carteiras sob gestão e dos respetivos proveitos com comissões, apesar dos mesmos evidenciarem aumentos importantes, estão em linha com a evolução dos períodos históricos, nomeadamente com a recuperação significativa do resultado de 2011, face ao exercício de 2010. Para compromisso de todos, recomendamos que os valores incluídos no *business plan* possam merecer a concordância e aprovação formal do Conselho de Administração da **Optimize**...”

Desta forma, pelos valores constantes no já citado *Business Plan* da **Optimize** para os anos 2011 a 2015 é expectável que a **Optimize** inverta o ciclo de resultados negativos que tem vindo a acumular, e reponha os seus capitais próprios, no mínimo, ao nível do seu capital social inicial.

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, refiro que a Certificação Legal das Contas individuais de 2010 do Banco Carregosa continha uma limitação de âmbito no parágrafo nº 7, que deixou de se verificar conforme melhor descrito na Certificação Legal das Contas individuais de 2011 no parágrafo 9, que se reproduz em seguida com as necessárias adaptações.

A limitação de âmbito nas contas individuais do ano anterior decorria de, à data de emissão da Certificação supra citada, não ter sido possível concluir sobre a recuperabilidade ou não pelo Banco Carregosa do montante de 600.000 euros relevados àquela data nas Contas individuais do Banco na rubrica de Crédito a Clientes, decorrente da concessão de crédito à Sociedade **Lisbon Brokers – Sociedade Corretora, S.A. (Lisbon Brokers)**, cujo capital social é detido em 85% pelo Banco Carregosa, directa e indirectamente.

Nas Contas individuais de 2011 do Banco Carregosa este montante de 600.000 euros passou a englobar o valor da participação na **Lisbon Brokers**, após autorização do Banco de Portugal para que este montante fosse considerado como prestação acessória de capital tendo como finalidade o reforço dos fundos próprios da **Lisbon Brokers**.

Conforme melhor descrito no Anexo às contas individuais de 2011 do Banco Carregosa, por deliberação do Conselho de Administração de Maio de 2011 e em resultado do insucesso do projecto de reestruturação da **Lisbon Brokers, SA** e da **Francisco Marques Pereira, SGPS, SA**, foi decidido proceder à sua dissolução simultânea, após autorização do Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco **L.J. Carregosa, SA** relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas. Assim, foram efectuados teste de imparidade ao *goodwill* e registada a respectiva imparidade nas Contas Consolidadas e ajustados, de igual modo, os interesses minoritários em conformidade.

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, refiro que, em 2010 o Banco Carregosa tinha reconhecido erradamente o *goodwill* (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas filiais directamente no capital próprio atribuível ao Grupo. Adicionalmente, o *goodwill* não tinha sido calculado com referência à data de aquisição de cada uma das participações financeiras. Estas duas situações foram regularizadas no ano 2011.

O *goodwill* (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas filiais é definido como a diferença, à data de aquisição, entre o valor do custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Ao abrigo das IFRS, o *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em custos do exercício.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 07 de Março de 2012



Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 175.444.116 euros e um total de capital próprio de 22.124.035 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 710.456 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7. Em minha opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior refiro que, relativamente à participação de 19,99% na sociedade Optimize Investment Partners – SGFIM (**Optimize**), cuja aquisição ocorreu em 2009 pelo montante de 307.600 euros, valor pelo qual consta do Activo do Banco Carregosa a 31 de Dezembro de 2011 na rubrica de Activos Financeiros disponíveis para venda, foram efectuados testes de imparidade tendo o Banco Carregosa concluído não se revelar necessário o registo de qualquer imparidade neste exercício pelas razões descritas em seguida.

De acordo com a IAS 39, os activos financeiros que sejam investimentos em instrumentos de capital próprio, que não tenham um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, devem ser mensurados pelo custo e estão sujeitos a revisão quanto à imparidade. A participação do Banco Carregosa na **Optimize** enquadra-se no descrito neste parágrafo.

Assim, tendo-se constatado pelas Contas anuais da **Optimize** de 2010 e pelas Contas anuais de 2011 provisórias que foram disponibilizadas que, a sociedade se enquadra no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais uma vez que se verifica que, pelas já citadas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 provisórias, está perdido mais de metade do seu capital social, foram efectuados testes de imparidade em conformidade.

Esses testes de imparidade basearam-se na informação prestada pela sociedade **Optimize** ao Banco Carregosa, a qual inclui uma opinião embora informal de uma entidade idónea e independente do Órgão de Gestão da **Optimize** que, relativamente ao *Business Plan* da **Optimize** para os anos 2011 a 2015, afirma nomeadamente que, “...relativamente aos pressupostos, em especial o aumento das carteiras sob gestão e dos respetivos proveitos com comissões, apesar dos mesmos evidenciarem aumentos importantes, estão em linha com a evolução dos períodos históricos, nomeadamente com a recuperação significativa do resultado de 2011, face ao exercício de 2010. Para compromisso de todos, recomendamos que os valores incluídos no *business plan* possam merecer a concordância e aprovação formal do Conselho de Administração da **Optimize**...”

Desta forma, pelos valores constantes no já citado *Business Plan* da **Optimize** para os anos 2011 a 2015 é expectável que a **Optimize** inverta o ciclo de resultados negativos que tem vindo a acumular, e reponha os seus capitais próprios, no mínimo, ao nível do seu capital social inicial.

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, saliento que a limitação de âmbito incluída na Certificação Legal das Contas individuais do Banco Carregosa no exercício de 2010, deixou de se verificar.

A limitação de âmbito do ano anterior decorria de, à data de emissão da Certificação supra citada, não ter sido possível concluir sobre a recuperabilidade ou não pelo Banco Carregosa do montante de 600.000 euros relevados àquela data nas Contas individuais do Banco na rubrica de Crédito a Clientes, decorrente da concessão de crédito à Sociedade **Lisbon Brokers – Sociedade Corretora, S.A. (Lisbon Brokers)**, cujo capital social é detido em 85% pelo Banco Carregosa, directa e indirectamente.

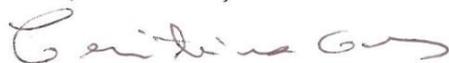
Nas Contas de 2011 do Banco Carregosa este montante de 600.000 euros passou a englobar o valor da participação na **Lisbon Brokers**, após autorização do Banco de Portugal para que este montante fosse considerado como prestação acessória de capital tendo como finalidade o reforço dos fundos próprios da **Lisbon Brokers**.

Conforme melhor descrito no Anexo às contas individuais de 2011 do Banco Carregosa, por deliberação do Conselho de Administração de Maio de 2011 e em resultado do insucesso do projecto de reestruturação da **Lisbon Brokers, SA** e da **Francisco Marques Pereira, SGPS, SA**, foi decidido proceder à sua dissolução simultânea, após autorização do Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco **L.J. Carregosa, SA** relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 07 de Março de 2012



Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

**XVII. RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2011, dando, assim, cumprimento às disposições legais - alínea g) do nº 1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias.
 2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.
 3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.
- Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.
- Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
 5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais colaboradores do Banco e do Grupo

6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual.

a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do **Banco L. J. Carregosa, S.A.**, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 7 de Março de 2012

O Conselho Fiscal

Manuela da Graça Alves Curralho
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



**XVIII. EXTRACTO DAS
DELIBERAÇÕES TOMADAS NA
ASSEMBLEIA GERAL DE 10 DE
MAIO DE 2012**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, realizada no dia **10 de Maio de 2012**, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

1) Foi aprovado por maioria dos votos o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2011.

2) Foi aprovada por maioria dos votos a proposta contida no Relatório de Gestão, no respeitante à aplicação do resultado líquido positivo do exercício, no valor de € 710.456,00 (setecentos e dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros):

- Para Reforço da Reserva Legal: € 71.046,00.

- Para Resultados Transitados: € 639.410,00.

3) Foi aprovado por maioria dos votos um louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções dos referidos órgãos, relativamente ao exercício de 2011.

4) Foi aprovada por maioria dos votos a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.

5) Foi aprovada por maioria dos votos a alteração do artigo 5.º do Contrato de Sociedade, por consequência do aumento do capital social para € 20.000.000,00 (vinte milhões de euros), que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 5º

Capital Social

“O capital social é de vinte milhões de euros, dividido em duzentos milhões de acções com o valor nominal de dez cêntimos cada uma, encontrando-se totalmente subscrito e realizado”.

6) Foi aprovada por maioria dos votos a eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2012-2014.

Conselho de Administração (por maioria dos votos):

Presidente: Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva;

Vogal: Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves;

Vogal: Pedro José Malheiro Duarte;

Vogal: José Paulo de Oliveira Faria Duarte;

Vogal: Paulo Armando Morais Mendes;

Vogal: Carlos da Costa Oliveira;

Vogal: António José Paixão Pinto Marante.

Vogal: Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes



Conselho Fiscal (por maioria dos votos):

Presidente: Maria da Graça Alves Carvalho;
Vogal: Manuel José Lemos de Ferreira Lemos;
Vogal: Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa;
Suplente: André de Castro Amorim.

Revisor Oficial de Contas (por maioria dos votos):

Efectiva: Cristina Maria Martins Gomes;
Suplente: António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada por Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos.

Mesa da Assembleia Geral (por unanimidade):

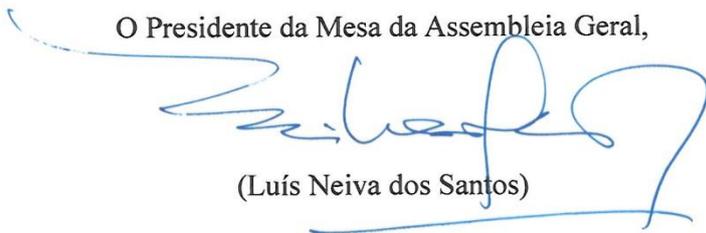
Presidente: Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos;
Secretária: Maria Manuela Pereira Antunes Matias.

7) Foi aprovada por maioria dos votos a eleição dos membros da Comissão de Remunerações para o triénio de 2012- 2014.

- Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva;
- Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves e
- José Inácio Sousa Lima.

Porto, 11 de Maio de 2012.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



(Luís Neiva dos Santos)

